

Banco Votorantim S.A.

**Demonstrações Contábeis Consolidadas –
Conglomerado Prudencial
em 30 de junho de 2017**

ÍNDICE

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	3
---	---

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL.....	7
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	8
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	10
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	11

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

ÍNDICE	2
1. O CONGLOMERADO E SUAS OPERAÇÕES	11
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	11
3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	13
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	20
5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ.....	21
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS.....	22
7. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	30
8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO.....	30
9. CARTEIRA DE CÂMBIO	37
10. OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS	37
11. OUTROS VALORES E BENS	38
12. INVESTIMENTOS	38
13. IMOBILIZADO DE USO.....	39
14. INTANGÍVEL	40
15. DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	41
16. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	42
17. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS.....	43
18. OUTRAS OBRIGAÇÕES	43
19. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS.....	45
20. RESULTADO NÃO OPERACIONAL.....	46
21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	46
22. TRIBUTOS.....	47
23. PARTES RELACIONADAS	49
24. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS.....	51
25. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS	52
26. GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL	56
27. OUTRAS INFORMAÇÕES.....	60
28. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	61



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial

Ao(s)
Conselho de Administração e Acionistas do
Banco Votorantim S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Votorantim S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações contábeis de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos nas notas explicativas nº 2 e 3.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do Banco Votorantim S.A. em 30 de junho de 2017, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial previstas na resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito nas notas explicativas nº 2 e 3 às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Ênfase - Base de elaboração das Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações contábeis consolidadas que divulgam que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração do Banco Votorantim S.A. para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen. Consequentemente o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos

O Banco Votorantim S.A. elaborou um conjunto de demonstrações contábeis individuais e consolidadas para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, sobre as quais emitimos relatório de auditoria sem modificações em 03 de agosto de 2017.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritas na nota explicativa nº 3, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela Administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis consolidadas.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais- Auditoria de Demonstrações Contábeis de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de agosto de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

João Paulo Dal Poz Alouche
Contador CRC 1SP245785/O-2

Banco Votorantim S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO - CONGLOMERADO PRUDENCIAL
em 30 de junho de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	30.06.2017	30.06.2016		Nota	30.06.2017	30.06.2016
ATIVO CIRCULANTE		55.486.363	64.678.238	PASSIVO CIRCULANTE		61.783.634	70.061.286
Disponibilidades	4	134.903	141.196	Depósitos	16a	8.304.673	2.254.678
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5a	17.166.423	19.808.382	Depósitos à vista		66.894	76.489
Aplicações no mercado aberto		15.503.044	18.369.166	Depósitos interfinanceiros		408.536	579.196
Aplicações em depósitos interfinanceiros		1.663.379	1.439.216	Depósitos a prazo		7.829.243	1.598.993
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		11.737.588	16.870.898	Captações no Mercado Aberto	16c	29.880.985	37.021.585
Carteira própria	6a	4.850.989	11.841.501	Carteira própria		18.613.062	23.077.627
Vinculados a compromissos de recompra	6a	5.715.241	2.258.777	Carteira de terceiros		7.395.740	12.647.143
Vinculados à prestação de garantias	6a	252.957	581.086	Carteira de livre movimentação		3.872.183	1.296.815
Instrumentos financeiros derivativos	6d	1.189.488	2.541.423	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	18	8.937.911	10.465.349
(Provisão para desvalorização de títulos)	6a	(271.087)	(351.889)	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		8.009.186	9.349.483
Relações Interfinanceiras		357.109	619.139	Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		919.640	1.115.866
Pagamentos e recebimentos a liquidar		129	76	Certificados de Operações Estruturadas		9.085	-
Créditos vinculados	7a	356.915	585.191	Relações Interfinanceiras		1.098	1.316
Depósitos no Banco Central		356.915	585.191	Pagamentos e recebimentos a liquidar		1.098	1.316
Repasses interfinanceiros		-	33.400	Relações Interdependências		54.714	30.505
Correspondentes		65	472	Recursos em trânsito de terceiros		54.714	30.505
Operações de Crédito	8a	19.558.525	19.854.081	Obrigações por Empréstimos	17a	1.189.024	2.729.621
Setor público		95.465	70.843	Empréstimos no exterior		1.189.024	2.729.621
Setor privado		15.870.470	14.118.450	Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	17b	693.125	740.516
Operações de crédito vinculadas à cessão		5.400.894	7.510.945	Tesouro Nacional		42.194	44.424
(Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa)		(1.808.304)	(1.846.157)	BNDES		324.594	344.183
Operações de Arrendamento Mercantil		(2.413)	(5.460)	FINAME		326.337	351.909
Setor privado	8b	82.142	125.997	Instrumentos Financeiros Derivativos	6d	1.599.110	2.393.000
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	8b	(81.927)	(123.660)	Outras Obrigações		11.122.894	14.424.716
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	8a	(2.628)	(7.797)	Cobrança e arrecadação de tributos e semelhantes		24.138	18.725
Outros Créditos		6.281.380	6.942.667	Carteira de câmbio	9a	966.196	1.758.221
Carteira de câmbio	9a	1.335.289	2.121.677	Sociais e estatutárias		94.703	90.541
Rendas a receber		18.223	13.460	Fiscais e previdenciárias	18a	310.402	317.164
Negociação e intermediação de valores		169.071	247.667	Credeiros por antecipação de valor residual		3.464	21.226
Diversos	10	4.881.892	4.720.139	Negociação e intermediação de valores		253.293	299.662
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	8a	(123.095)	(160.276)	Dividas subordinadas	19b	989.990	1.544.236
Outros Valores e Bens	11	252.848	447.335	Diversas	19d	8.480.808	10.374.940
Bens não de uso próprio e materiais em estoque		264.160	293.999	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		31.954.972	29.721.426
(Provisão para desvalorizações)		(45.439)	(62.661)	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		31.923.939	29.685.492
Despesas antecipadas		34.127	215.997	Depósitos	16a	1.949.845	1.453.667
ATIVO NÃO CIRCULANTE		46.539.990	43.386.891	Depósitos interfinanceiros		1.345.908	1.215.594
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		44.642.299	42.768.190	Depósitos a prazo		603.937	238.073
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5a	199.426	47.010	Captações no Mercado Aberto	16c	1.135.857	1.048.062
Aplicações em depósitos interfinanceiros		199.426	47.010	Carteira própria		1.135.857	1.048.062
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		17.004.357	14.818.739	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	18	15.116.238	8.810.411
Carteira própria	6a	9.057.973	5.644.757	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		15.086.147	8.425.572
Vinculados a compromissos de recompra	6a	6.430.970	6.015.095	Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		30.091	384.839
Vinculados à prestação de garantias	6a	1.160.482	2.013.845	Relações Interdependências		-	93
Instrumentos financeiros derivativos	6d	1.286.332	1.689.671	Recursos em trânsito de terceiros		-	93
(Provisão para desvalorização de títulos)	6a	(931.400)	(544.629)	Obrigações por Empréstimos	17a	42.837	173.346
Operações de Crédito	8a	21.421.336	21.508.376	Empréstimos no exterior		42.837	173.346
Setor público		406.394	479.604	Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	17b	2.534.084	2.565.427
Setor privado		18.425.555	15.537.189	Tesouro Nacional		1.237.899	2.068
Operações de crédito vinculadas à cessão		3.855.493	6.439.573	BNDES		1.237.899	1.045.081
(Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa)		(1.266.106)	(947.990)	FINAME		1.296.185	1.518.278
Operações de Arrendamento Mercantil		(1.846)	(1.094)	Instrumentos Financeiros Derivativos	6d	1.130.645	1.462.676
Setor privado	8b	62.836	25.205	Outras Obrigações		10.014.433	14.171.810
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	8b	(62.672)	(24.739)	Fiscais e previdenciárias	19a	13.222	588.834
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	8a	(2.010)	(1.560)	Negociação e intermediação de valores		103.729	143.183
Outros Créditos		5.892.295	6.296.606	Dividas subordinadas	19b	3.339.726	3.906.833
Créditos por avais e fianças honradas		17.207	176.419	Credeiros por antecipação de valor residual		2.649	4.246
Rendas a receber		8.215	1.150	Instrumentos de dívidas elegíveis a capital	19c	1.229.795	975.391
Negociação e intermediação de valores		813	420	Diversas	19d	5.325.312	8.553.323
Diversos	10	5.894.872	6.143.704	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		31.033	35.934
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	8a	(28.812)	(25.087)	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		8.287.747	8.282.417
Outros Valores e Bens	11	126.731	98.553	Capital		8.130.372	7.826.980
Despesas antecipadas		126.731	98.553	De domiciliados no País	22a	8.130.372	7.826.980
PERMANENTE		1.897.691	618.701	Reservas de Capital	22b	372.120	372.120
Investimentos		1.533.763	261.569	Reservas de Lucros	22c	76.212	58.928
Participações em controladas	12a	1.464.131	194.960	Ajustes de Avaliação Patrimonial	22d	(220.829)	(160.300)
No País		1.464.131	194.960	Lucros ou Prejuízos Acumulados	22e	(70.128)	184.689
Outros investimentos	12c	100.257	115.710	Participações de acionistas não Controladores		-	-
(Imparidade acumulada)	12c	(30.625)	(49.101)	Intangível	15a	135.450	95.553
Imobilizado de Uso	13	94.884	94.634	Ativos intangíveis		191.628	191.628
Outras imobilizações de uso		305.059	264.228	(Amortização acumulada)		(89.623)	(70.777)
(Depreciação acumulada)		(210.175)	(169.594)	(Imparidade acumulada)		(17.612)	(25.298)
Imobilizado de Arrendamento	14a	133.594	155.258	Diferido		-	11.687
Bens arrendados		274.059	329.157	Gastos de organização e expansão		-	36.148
Superveniência/ (Insuficiência) de depreciação		(16.867)	16.870	(Amortização acumulada)		-	(24.461)
Depreciações acumuladas		(123.598)	(190.769)	TOTAL DO ATIVO		102.026.353	108.065.129
Intangível	15a	135.450	95.553	TOTAL DO PASSIVO		102.026.353	108.065.129
Ativos intangíveis		242.685	191.628				
(Amortização acumulada)		(89.623)	(70.777)				
(Imparidade acumulada)		(17.612)	(25.298)				
Diferido		-	11.687				
Gastos de organização e expansão		-	36.148				
(Amortização acumulada)		-	(24.461)				
TOTAL DO ATIVO		102.026.353	108.065.129	TOTAL DO PASSIVO		102.026.353	108.065.129

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Banco Votorantim S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADA - CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Semestre findo em 30 de junho de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota	1º Semestre/2017	1º Semestre/2016
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		7.218.828	7.063.316
Operações de crédito	8b	3.814.987	3.001.683
Operações de arrendamento mercantil	8h	53.930	113.654
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6b	2.129.461	2.014.120
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	6d9	(9.941)	373.767
Resultado de operações de câmbio	9b	48.134	(319.317)
Resultado das aplicações compulsórias	7b	11.751	16.384
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	8k	1.170.506	1.863.025
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(5.813.824)	(5.271.659)
Operações de captação no mercado	16d	(3.699.611)	(3.752.717)
Operações de empréstimos e repasses	17c	(147.978)	583.997
Operações de arrendamento mercantil	17c	(49.622)	(94.577)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	8k	(784.943)	(1.317.133)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8f	(1.131.670)	(691.229)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.405.004	1.791.657
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(943.881)	(1.108.849)
Receitas de prestação de serviços	20a	248.290	234.854
Rendas de tarifas bancárias	20b	367.217	284.594
Despesas de pessoal	20c	(523.856)	(596.127)
Outras despesas administrativas	20d	(531.788)	(561.687)
Despesas tributárias	23c	(177.660)	(204.287)
Resultado de participações em controladas	12a	100.750	89.843
Outras receitas operacionais	20e	83.984	123.773
Outras despesas operacionais	20f	(510.818)	(479.812)
RESULTADO OPERACIONAL		461.123	682.808
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	21	(16.932)	5.503
Receitas não operacionais		8.268	25.532
Despesas não operacionais		(25.200)	(20.029)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		444.191	688.311
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	23a	(116.752)	(410.897)
PARTICIPAÇÃO DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES NOS LUCROS E RESULTADOS		(96.536)	(83.005)
PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES		-	-
LUCRO LÍQUIDO		230.903	194.409

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Banco Votorantim S.A.
 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADA - CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Semestre findo em 30 de junho de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais)

EVENTOS	Nota	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros/ (Prejuízos) acumulados	Total
		Capital realizado		Reserva Legal	Outras Reservas				
Saldos em 31.12.2015		7.483.754	372.120	49.208	343.226	(631.644)	-	7.616.664	
Aumento de Capital	22a	343.226	-	-	(343.226)	-	-	-	
Ajustes de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de impostos	22d	-	-	-	-	471.344	-	471.344	
Lucro Líquido do período		-	-	-	-	-	194.409	194.409	
Destinações: - Reserva legal		-	-	9.720	-	-	(9.720)	-	
Saldos em 30.06.2016		7.826.980	372.120	58.928	-	(160.300)	184.689	8.282.417	
Mutações do período		343.226	-	9.720	(343.226)	471.344	184.689	665.753	
Saldos em 31.12.2016		7.826.980	372.120	70.499	124.625	(147.101)	-	8.247.123	
Efeito dos ajustes da aplicação inicial da Resolução CMN nº 4.512/2016	22e	-	-	-	-	-	(116.551)	(116.551)	
Efeito da reversão dos ajustes a mercado da controlada BVEP no FIP BVIA		-	-	-	178.767	-	(178.767)	-	
Aumento de capital	22a	303.392	-	-	(303.392)	-	-	-	
Ajustes de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de impostos	22d	-	-	-	-	(73.728)	-	(73.728)	
Lucro Líquido do período		-	-	-	-	-	230.903	230.903	
Destinações:									
Reserva legal		-	-	5.713	-	-	(5.713)	-	
Saldos em 30.06.2017		8.130.372	372.120	76.212	-	(220.829)	(70.128)	8.287.747	
Mutações do período		303.392	-	5.713	(124.625)	(73.728)	(70.128)	40.624	

O Lucro por Ação está divulgado na Demonstração do Resultado.

Banco Votorantim S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Semestre findo em 30 de junho de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	1º Semestre/2017	1º Semestre/2016
Fluxos de caixa provenientes das operações			
Lucro antes dos Tributos e Participações		444.191	688.311
Ajustes ao Lucro antes dos Tributos e Participações		(265.577)	733.099
Provisão para crédito, arrendamento mercantil e outros créditos	8f	1.131.670	691.229
Depreciações e amortizações ⁽¹⁾		50.614	83.539
Superveniência/ (Insuficiência) de depreciação		9.129	43.846
Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos		210.135	568.211
Resultado de participação em controladas	12a	(100.750)	(89.843)
(Lucro) Prejuízo na alienação de valores e bens		18.499	(7.530)
(Lucro) Prejuízo na alienação de investimentos		(1.400)	-
Provisão (Reversão) para desvalorização de outros valores e bens		(3.000)	17.653
Despesas (Reversão) com provisões cíveis, trabalhistas e fiscais		65.445	43.541
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(13.368)	180.043
Receita de juros e variação cambial de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		(1.369.229)	(363.244)
Receita de juros de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento		(261.538)	(413.022)
Outras receitas e despesas operacionais		(4.598)	(21.554)
Outras receitas e despesas não operacionais		2.832	-
Outros ajustes		(18)	230
Lucro ajustado antes dos Tributos e Participações		178.614	1.421.410
Variações Patrimoniais		(1.213.934)	(9.500.731)
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		375.874	(8.158.624)
(Aumento) Redução em títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos		174.495	(134.749)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras e interdependências		(43.994)	(33.317)
(Aumento) Redução em depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil		(16.346)	(564.959)
(Aumento) Redução em operações de crédito		(1.352.065)	1.650.874
(Aumento) Redução em operações de arrendamento mercantil		(1.562)	(17.284)
(Aumento) Redução em outros créditos líquidos dos impostos diferidos		134.195	1.025.326
(Aumento) Redução em outros valores e bens		93.381	69.579
Imposto de renda e contribuição social pagos		(97.322)	(165.570)
(Redução) Aumento em depósitos		5.676.881	(497.533)
(Redução) Aumento em captações no mercado aberto		(4.656.084)	5.269.725
(Redução) Aumento em recursos de aceites e emissão de títulos		2.251.735	(6.047.045)
(Redução) Aumento em obrigações por empréstimos e repasses		(743.737)	(1.684.298)
(Redução) Aumento em outras obrigações		(3.002.868)	(200.543)
(Redução) Aumento em resultados de exercícios futuros		(6.517)	(12.313)
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS OPERAÇÕES		(1.035.320)	(8.079.321)
Fluxos de caixa provenientes das atividades de investimento			
(Aquisição) de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		(3.720.324)	(3.542.869)
(Aquisição) de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento		-	(3.659.542)
(Aquisição) de investimentos		(73.169)	-
(Aquisição) de imobilizado de uso		(47.248)	(35.951)
(Aquisição) de intangíveis		(40.711)	(24.955)
(Aquisição) de diferidos		-	(10.684)
Alienação, vencimento de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		5.058.394	8.720.401
Vencimento de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento		984.370	1.719.476
Alienação/Redução de investimentos		22.865	-
Alienação de imobilizado de uso		2.093	25.739
Alienação de intangíveis		96	2.387
Alienação de diferidos		-	684
Juros sobre o capital próprio / Dividendos recebidos		-	150.852
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		2.186.366	3.345.538
Fluxos de caixa provenientes das atividades de financiamento			
Dividendos pagos		(101.131)	(114.409)
(Redução) Aumento em obrigações por dívidas subordinadas		(546.918)	(594.867)
(Redução) Aumento em instrumentos de dívidas elegíveis a capital		60.851	93.749
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(587.198)	(615.527)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		563.848	(5.349.310)
Início do período		2.095.715	8.867.957
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		13.368	(180.043)
Fim do período	4	2.672.931	3.338.604
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		563.848	(5.349.310)

⁽¹⁾ Inclui despesas de depreciação do imobilizado de arrendamento.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

1. O CONGLOMERADO E SUAS OPERAÇÕES

O Banco Votorantim S.A. (Banco Votorantim, Conglomerado ou Consolidado) é uma companhia de capital fechado que, operando na forma de Banco Múltiplo, desenvolve atividades bancárias em modalidades autorizadas, por meio de suas carteiras comercial, de investimento e de operações de câmbio.

Por intermédio de suas controladas, o Conglomerado atua também em diversas outras modalidades, com destaque para as atividades de crédito ao consumidor, de arrendamento mercantil, de administração de fundos de investimento e de cartões de crédito, de corretagem e distribuição de títulos e valores mobiliários e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos, e certas operações tem a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial têm finalidade específica de atender as determinações do CMN e do BACEN e não se confundem com as demonstrações contábeis consolidadas para fins gerais. A consolidação e/ou combinação das entidades discriminadas na referida Resolução 4.280 é fundamentada em conceitos específicos de consolidação e/ou combinação determinados pelo CMN e BACEN, que não necessariamente são os mesmos estabelecidos pela legislação societária.

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), apresentados em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) destacando-se os dispositivos relativos ao Conglomerado Prudencial.

A elaboração de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o valor residual do ativo permanente, provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos fiscais diferidos, provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

Em 31 de outubro de 2013, o CMN emitiu a Resolução nº. 4.280 que estabeleceu a elaboração e divulgação de Demonstrações Contábeis de forma consolidada, abrangendo também os fundos de investimento nos quais as entidades do Conglomerado, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios.

Em 31 de março de 2014, o BACEN editou a Circular nº. 3.701 estabelecendo procedimentos para a elaboração, a divulgação e remessa ao Banco Central do Brasil das Demonstrações Contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis Consolidadas - Conglomerado Prudencial
Semestre findo em 30 de junho de 2017
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Na elaboração das Demonstrações Contábeis consolidadas – Conglomerado Prudencial foram eliminados os valores oriundos de transações entre as empresas, compreendendo as participações acionárias de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas e despesas, bem como os lucros não realizados, líquidos dos efeitos tributários. As participações dos não controladores no patrimônio líquido e no resultado das controladas foram destacadas nas Demonstrações Contábeis. O processo inclui a consolidação dos fundos de investimentos exclusivos e dos fundos de investimentos em direitos creditórios, de acordo com a Resolução CMN nº 4.280/2013 para fins do Conglomerado Prudencial. Os saldos contábeis das controladas diretas no exterior, que são preparados de acordo com as normas internacionais de contabilidade, foram convertidos para Reais, utilizando-se a cotação da moeda estrangeira na data do encerramento do período, e foram ajustados conforme práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 3. A variação cambial das operações foi distribuída nas linhas da Demonstração de Resultado, de acordo com os respectivos ativos e passivos que lhes deram origem. O resultado com variação cambial incidente sobre os investimentos no exterior estão apresentadas no grupo de “Resultado de instrumentos financeiros derivativos”, com o objetivo de anular o efeito da proteção para as oscilações cambiais desses investimentos.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O CMN aprovou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pelo Banco, quando aplicável: CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil - Financeiro, CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 – Evento Subsequente, CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Administração em 28 de Agosto de 2017.

Participações societárias incluídas nas Demonstrações Contábeis consolidadas, segregadas por segmentos de negócios:

	Atividade	30.06.2017	30.06.2016
		% de Participação	
Segmento Bancário – País			
BV Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ⁽¹⁾	Financeira	100,00%	100,00%
BV Leasing Arrendamento Mercantil S.A. ⁽¹⁾	Arrendamento	100,00%	100,00%
Votorantim Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ⁽¹⁾	Corretora	99,99%	99,99%
Segmento Gestão de Recursos			
Votorantim Asset Management Distribuidora de TVM Ltda. ⁽¹⁾	Administração de ativos	99,99%	99,99%
Segmento Bancário – Exterior			
Votorantim Bank Limited ⁽¹⁾	Bancária	-	99,99%
Banco Votorantim Securities Inc. ⁽¹⁾	Corretora	100,00%	100,00%
Votorantim Securities (UK) Limited ⁽¹⁾	Corretora	100,00%	100,00%
Outros Segmentos			
BVIA Fundo de Investimento em Participações ⁽²⁾	Fundo de investimento	100,00%	100,00%
Votorantim Expertise Multimercado Fundo de Investimento ⁽²⁾	Fundo de investimento	100,00%	-

⁽¹⁾ Controladas financeiras

⁽²⁾ Consolidada conforme Artigo 4º da Resolução CMN nº 4.280/2013.

Informações para efeito de comparabilidade

Foram realizadas reclassificações na Demonstração do Resultado, para efeito de comparabilidade, de forma a evidenciar melhor a essência das operações, dentre as quais destacamos:

- Reclassificação da variação cambial de investimentos no exterior de Outras Receitas/Despesas Operacionais para Receitas da Intermediação Financeira - Resultado de instrumentos financeiros derivativos.
- Reclassificação dos ajustes a valor de mercado de instrumentos financeiros designados à hedge de Despesas da Intermediação Financeira – Operações de captação no mercado para Receitas da Intermediação Financeira - Resultado de instrumentos financeiros derivativos.

Demonstração do Resultado

Consolidado	1º Semestre/2016		
	Divulgação anterior	Reclassificação	Saldo reclassificado
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	7.566.249	(502.933)	7.063.316
Resultado de instrumentos financeiros derivativos (nota 6d9)	557.383	(183.616)	373.767
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(5.473.673)	202.014	(5.271.659)
Operações de captação no mercado (Nota 16d)	(3.591.064)	(161.653)	(3.752.717)
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(1.409.768)	300.919	(1.108.849)
Outras despesas operacionais (Nota 20f)	(781.114)	301.302	(479.812)

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis adotadas pelo Banco Votorantim são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas Demonstrações Contábeis e de maneira uniforme em todas as entidades do Conglomerado.

a) Apuração do Resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério pro rata die, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

b) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional, que é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera, é o Real para todas as entidades do Conglomerado. As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Conglomerado.

c) Mensuração a Valor Presente

Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros.

Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob o controle do Conglomerado, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas - posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias.

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

f) Títulos e Valores Mobiliários - TVM

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago reduzido da provisão para perda, quando julgado necessário, e classificados em função da intenção da Administração em três categorias distintas, conforme regulamentação vigente:

Títulos para negociação: Títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda: Títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e

Títulos mantidos até o vencimento: Títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

A metodologia de ajuste a valor de mercado foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração, ou, na falta deste, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados por fontes externas ou o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e moedas, além de eventuais ajustes nos preços de títulos de baixa liquidez, todas devidamente aderentes aos preços praticados no período. O valor de mercado contempla o risco de crédito do emissor (ajuste de spread de crédito).

Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são apropriados pro rata die, com base na variação do indexador e nas taxas de juros pactuados, pelo método exponencial ou linear, até a data do vencimento ou da venda definitiva do título, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento que não tenham caráter de perdas temporárias são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizados pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.

g) Instrumentos Financeiros Derivativos – IFD

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo seu valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização. O valor de mercado contempla o risco de crédito da contraparte (ajuste de spread de crédito).

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros são considerados instrumentos de proteção (*hedge*) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

Hedge de risco de mercado: os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de *hedge*, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período; e

Hedge de fluxo de caixa: na categoria de *hedge* de fluxo de caixa são classificados os instrumentos financeiros derivativos destinados a compensar a variação do fluxo de caixa futuro estimado da instituição. Para estas operações tanto os instrumentos financeiros derivativos quanto os itens objeto de *hedge* são ajustados ao valor de mercado. Para os instrumentos financeiros enquadrados nesta categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações, líquida dos efeitos tributários, registra-se na conta destacada do Patrimônio líquido. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de *hedge*, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para *hedge*, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

Para os itens objeto que foram descontinuados da relação de *hedge* e permanecem registrados no Balanço, como nos casos de contratos de créditos cedidos com retenção substancial dos riscos e benefícios, quando aplicável, o ajuste de marcação a mercado é reconhecido pelo prazo remanescente pela nova taxa de juros efetiva.

h) Operações de Crédito, de Arrendamento Mercantil, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos pelo CMN, que requer a análise da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 14 dias como operações em curso anormal. Com relação ao período de atraso verificado nas operações com prazo a decorrer superior a 36 (trinta e seis) meses, adota-se a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis para as operações de varejo. Para as operações de atacado, a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso também se aplica, conforme a avaliação interna.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como nível H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

Os contratos de arrendamento mercantil são apresentados de acordo com a natureza individual dos itens que compõem essas operações (Nota Explicativa 8b e 8c):

- Arrendamentos a receber: registra o valor das contraprestações a receber no prazo do contrato, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente e classificados no ativo circulante ou no realizável a longo prazo.
- Rendas a apropriar de arrendamento a receber: são apropriadas mensalmente pelo valor das contraprestações exigíveis no período, observadas as normas da Portaria MF nº 140/1984. As rendas das operações vencidas há mais de 60 dias, independentemente do seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.
- Superveniência / (Insuficiência) de Depreciação: o ajuste a valor presente dos fluxos futuros de recebimento das operações de arrendamento financeiro, registrado nas contas "Superveniência / Insuficiência de depreciações" do Imobilizado de Arrendamento, foi calculado com base na taxa interna de retorno de cada contrato, na forma da Circular nº 1.429/1989 do BACEN e contabilizado no resultado.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 (Nota Explicativa nº 8e).

As operações de crédito, que são objeto de *hedge* de risco de mercado, são avaliadas pelo seu valor de mercado utilizando critério consistente e verificável. Os ajustes de avaliação a valor de mercado dessas operações são registrados em operações de crédito, considerando também a classificação e percentual de provisão para créditos de liquidação duvidosa, em contrapartida de resultado com instrumentos financeiros derivativos.

O resultado das cessões de operações de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011 foi apurado na data da cessão, sendo reconhecido integralmente, mediante baixa dos ativos correspondentes, independente da retenção ou não do risco. Para a carteira de operações de crédito cedida com coobrigação, a Administração constitui provisão para perdas, registrada em Outras Obrigações – Diversas – Credores Diversos – No País.

A partir de 02 de janeiro de 2012, os ativos financeiros cedidos consideram o grau de transferência dos riscos e benefícios dos ativos transferidos para uma outra entidade:

- Quando são transferidos ativos financeiros para uma outra entidade, mas não há transferência substancial dos riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos, os ativos permanecem reconhecidos no Balanço do Conglomerado. As receitas e despesas decorrentes dessas operações são recorrentes de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente dessas operações; e
- Quando são transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos para uma entidade, os ativos são baixados do Balanço do Conglomerado.

i) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

As operações de “Direito de usufruto de ações” foram registradas com base nos recursos pagos referentes à constituição de usufruto oneroso e temporário de ações de outras empresas, a favor do Conglomerado, as quais conferem, dentre outros direitos e vantagens, o direito de receber dividendos, na forma prevista nos Estatutos Sociais de cada uma das empresas. Os recursos pagos são diferidos em contrapartida ao resultado conforme prazo de vigência de cada operação de usufruto, enquanto os valores oriundos dos direitos de recebimento dos dividendos são reconhecidos como receita quando da comprovação do direito.

A partir de 02 de janeiro de 2015, em observação aos requerimentos da Resolução CMN nº 4.294/2013, e em consonância com a faculdade prevista na Circular BACEN nº 3.738/2014, dois terços da remuneração referente à originação, ocorrida em 2015, de operações de crédito e de arrendamento mercantil encaminhadas por correspondentes passaram a ser registrados no ativo, sendo a parcela restante reconhecida como despesa do período no momento da originação. A partir de 1º de janeiro de 2016, a parcela registrada no ativo foi reduzida para um terço da remuneração das operações originadas em 2016.

As operações geradas a partir de 1º de janeiro de 2017, têm a remuneração reconhecida integralmente como despesa.

Os valores registrados no ativo com base na faculdade prevista na Circular BACEN nº 3.738/2014 são amortizados de forma linear, no prazo máximo de 36 meses.

A partir de 1º de janeiro de 2020, todos os valores eventualmente registrados no ativo, relativos à remuneração de correspondentes no país, serão imediatamente baixados, tendo como contrapartida a adequada conta de despesa do período.

j) Ativo Permanente

Investimentos: os investimentos em controladas com influência significativa ou com participação de 20% ou mais no capital votante são avaliados pelo método da equivalência patrimonial com base no valor do Patrimônio Líquido da controlada. As Demonstrações Contábeis das controladas no exterior são adaptadas aos critérios contábeis vigentes no Brasil e convertidas para a moeda Real pelo critério de taxas correntes, conforme legislação vigente e seus efeitos são reconhecidos no resultado do período. Os demais investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda por desvalorização (imparidade), quando aplicável.

O BVIA Fundo de Investimento em Participações (BVIA FIP), cujas cotas são detidas pelo Banco Votorantim S.A., possui participação no capital social da BV Empreendimentos e Participações S.A sem cotação em mercado ativo e para efeito de consolidação Prudencial, essa participação na BVEP é avaliada pelo método de equivalência patrimonial, de forma que são eliminados os efeitos dos ajustes a valor de mercado contabilizados no BVIA FIP referentes a essa participação.

Imobilizado de Uso: o ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo prazo de vida útil do bem pelo método linear. As seguintes taxas são utilizadas: veículos – 20%, sistemas de processamento de dados – 20% e demais itens – 10% (Nota Explicativa nº 13).

Intangível: o ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Conglomerado ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente a softwares (Nota Explicativa nº 15). A amortização é efetuada pelo método linear com base no prazo que o benefício é gerado, a partir da data de disponibilização do ativo intangível para uso e contabilizada em Outras Despesas Administrativas – Amortização (Nota Explicativa nº 20d). O Conglomerado avalia ao fim de cada período de reporte se houve alguma indicação de que um ativo intangível tenha sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, o conglomerado estima o valor recuperável do ativo.

k) Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros – Imparidade

O Conglomerado avalia ao fim de cada período, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, o conglomerado estima o valor recuperável do ativo que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado.

Metodologias aplicadas na avaliação do valor recuperável dos principais ativos não financeiros:

Investimentos

A metodologia do valor recuperável dos investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, baseia-se na avaliação dos resultados das empresas investidas, seus planos de negócios e capacidade de retorno dos montantes investidos. É reconhecida uma provisão para perda por imparidade no resultado do período, quando o valor contábil de um investimento exceder seu valor recuperável.

Intangível

Softwares - os softwares desenvolvidos internamente de acordo com as necessidades do Conglomerado fazem parte da política de investimento para modernização e adequação às novas tecnologias e necessidades dos negócios. Em razão de não haver similares no mercado, bem como do alto custo para se implantar métricas que permitam o cálculo do seu valor em uso, o teste de recuperabilidade dos softwares consiste em avaliar a sua utilidade para a empresa de forma que, sempre que um software não atinja a geração de benefícios econômicos futuros previstos pela Administração, ajusta-se o valor recuperável do ativo intangível.

As perdas registradas no resultado para ajuste ao valor recuperável desses ativos, quando houver, são demonstradas nas respectivas Notas Explicativas.

l) Benefícios a Empregados

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação de benefícios a empregados de curto e longo prazo são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 33 – Benefícios a Empregados, aprovado pela Resolução CMN nº 4.424/2015. Em consonância com o regime de competência, o pronunciamento requer que o conglomerado reconheça um passivo em contrapartida do resultado do período quando o colaborador presta serviço em troca de benefícios a serem pagos no futuro.

O Conglomerado possui um programa de remuneração variável elegível aos seus diretores e empregados. Os valores a serem pagos atualizados de acordo com o período de carência (de um a no máximo quatro anos) e com as características de cada benefício são registrados em “Outras obrigações diversas – Provisão para pagamentos a efetuar” em contrapartida à rubrica de “Despesas de pessoal – Proventos”. Detalhes do programa estão divulgados na Nota Explicativa nº 25.

m) Depósitos e Captações no Mercado Aberto

Os depósitos e captações no mercado são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do Balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

n) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquotas vigentes
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL ⁽¹⁾	20%
PIS / PASEP	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	De 2% a 5%

⁽¹⁾ Alíquota aplicada às empresas financeiras, desde 01 de setembro de 2015 (a alíquota era de 15% até 31 de agosto de 2015). A partir de janeiro de 2019, a alíquota voltará a ser de 15%.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN nº 3.355/2006 e CMN nº 4.192/2013, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

Os créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da Contribuição Social de 15% para 20% estão sendo reconhecidos no montante suficiente para seu consumo até o final da vigência da nova alíquota (31 de dezembro de 2018), conforme Lei n.º 13.169/2015.

É reconhecido o Imposto de Renda diferido, calculado à alíquota de 25% sobre o ajuste de superveniência de depreciação da carteira de arrendamento mercantil da controlada BV Leasing.

o) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 (Nota Explicativa nº 26).

Os ativos contingentes são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas Notas Explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

As obrigações legais são processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de sucesso dos processos judiciais em andamento, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Contábeis.

p) Garantias Financeiras Prestadas

As garantias financeiras prestadas, as quais requerem pagamentos definidos contratualmente, em decorrência do não pagamento da obrigação pelo devedor na data prevista, tais como: aval, fiança, coobrigação, ou outra obrigação que represente garantia do cumprimento de obrigação financeira de terceiros, são reconhecidos em contas de compensação observados os desdobramentos previstos para o controle.

Quando o valor da responsabilidade estiver sujeito à variação cambial ou outra forma de reajuste, os saldos dessas contas são atualizados por ocasião dos Balanços.

As rendas de comissões sobre essas garantias prestadas, pertencentes ao período e não recebidas são contabilizadas mensalmente em Comissões por coobrigações a receber, em contrapartida com Rendas de garantias prestadas.

As comissões recebidas antecipadamente contabilizam-se em rendas antecipadas, do grupamento Resultados de Exercícios Futuros, apropriando-se mensalmente, segundo o regime de competência.

Em linha aos requerimentos das Resoluções CMN nº 2.682/1999 e 4.512/2016, a constituição de provisão para perdas na prestação de garantias financeiras a clientes, leva-se em conta:

- O setor de atuação, ambiente competitivo e regulatório, controle acionário e gestão, bem como solidez financeira, sendo estas variáveis capturadas por meio dos modelos de “rating” de forma qualitativa e quantitativa;
- A probabilidade do insucesso dos processos judiciais ou administrativos, que levem à saída de recursos necessários para liquidar a obrigação nas garantias financeiras prestadas em contingências passivas de terceiros.

Os efeitos dos ajustes pela aplicação inicial da Resolução CMN nº 4.512/2016, realizada 01 de janeiro de 2017, que resultou em constituição de provisão passiva, foram registrados em contrapartida à conta de lucros acumulados, líquido dos efeitos tributários.

As provisões para perdas nas garantias financeiras prestadas são apresentadas em Outras Obrigações – Diversas (Nota Explicativa nº 19d) no subitem:

- Provisão para perdas – Fianças não honradas, até 2016;
- Provisão para garantias financeiras prestadas, a partir de 2017, com a aplicação da Resolução CMN nº 4.512/2016.

q) Outros Ativos e Passivos

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base pro rata die e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base pro rata die.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30.06.2017	30.06.2016
Disponibilidades	134.903	141.196
Disponibilidades em moeda nacional	4.880	9.531
Disponibilidades em moeda estrangeira	130.023	131.665
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez⁽¹⁾	2.538.028	3.197.408
Aplicações no mercado aberto - revendas a liquidar - posição bancada	1.459.450	2.616.294
Aplicações em depósitos interfinanceiros	264.038	363.557
Aplicações em moedas estrangeiras	814.540	217.557
Total	2.672.931	3.338.604

⁽¹⁾ Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição

	30.06.2017	30.06.2016
Aplicações no Mercado Aberto	15.503.044	18.369.166
Re vendas a Liquidar - Posição Bancada	4.211.707	4.390.386
Letras Financeiras do Tesouro	614.161	849.943
Letras do Tesouro Nacional	990.001	1.510.418
Notas do Tesouro Nacional	2.607.545	2.030.025
Re vendas a Liquidar - Posição Financiada	7.299.340	12.691.348
Letras Financeiras do Tesouro	1.104.170	3.499.545
Letras do Tesouro Nacional	5.322.970	8.753.488
Notas do Tesouro Nacional	872.200	438.315
Re vendas a Liquidar - Posição Vendida	3.991.997	1.287.432
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional	3.991.997	1.287.432
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.862.805	1.486.226
Total	17.365.849	19.855.392
Ativo circulante	17.166.423	19.808.382
Ativo não circulante	199.426	47.010

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	1º Semestre/2017	1º Semestre/2016
Rendas de Aplicações no Mercado Aberto	942.579	1.132.040
Posição bancada	213.791	481.967
Posição financiada	556.381	578.911
Posição vendida	172.407	71.162
Rendas de Aplic. em Dep. Interfinanceiros	53.369	71.473
Total	995.948	1.203.513

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Títulos e Valores Mobiliários – TVM

Na demonstração “Balanço Patrimonial”, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “títulos para negociação” são apresentados como ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.

a.1) Composição da carteira por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento

Vencimento em Dias	30.06.2017								30.06.2016		
	Valor de Mercado					Total			Total		
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
1 – Títulos para negociação	252	681.910	1.506.967	326.635	3.262.018	5.759.223	5.777.782	18.559	3.965.967	3.962.594	(3.373)
Títulos Públicos	-	681.910	1.506.185	326.635	3.222.746	5.718.992	5.737.476	18.484	3.782.525	3.778.984	(3.541)
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	24.407	57.509	15.483	97.392	97.399	7	558.142	557.977	(165)
Letras do Tesouro Nacional	-	681.910	1.481.778	268.970	1.909.783	4.333.423	4.342.441	9.018	2.364.739	2.364.426	(313)
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	1.290.544	1.281.087	1.290.544	9.457	852.292	849.115	(3.177)
Títulos da Dívida Externa Brasileira	-	-	-	156	6.936	7.090	7.092	2	7.352	7.466	114
Títulos Privados	252	-	782	-	39.272	40.231	40.306	75	183.442	183.610	168
Ações	252	-	-	-	-	52	252	200	52	329	277
Eurobonds	-	-	782	-	24.398	25.275	25.180	(95)	47.699	47.590	(109)
Letras Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	105.691	105.691	-
Outros	-	-	-	-	14.874	14.904	14.874	(30)	30.000	30.000	-
2 – Títulos Disponíveis para Venda	639.584	8.437	695.230	460.203	12.478.875	14.687.924	14.282.329	(405.595)	13.482.793	13.264.514	(218.279)
Títulos Públicos	-	-	97.368	202.551	7.720.185	7.908.710	8.020.104	111.394	6.309.635	6.293.347	(16.288)
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	96.610	202.551	3.419.409	3.712.674	3.718.570	5.896	1.627	1.627	-
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	262.816	249.412	262.816	13.404	1.399.061	1.388.429	(10.632)
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	2.632.671	2.596.791	2.632.671	35.880	3.512.515	3.432.777	(79.738)
Títulos da Dívida Agrária	-	-	758	-	-	753	758	5	1.415	1.428	13
Títulos da Dívida Externa Brasileira	-	-	-	-	1.405.289	1.349.080	1.405.289	56.209	1.395.017	1.469.086	74.069
Títulos Privados	639.584	8.437	597.862	257.652	4.758.690	6.779.214	6.262.225	(516.989)	7.173.158	6.971.167	(201.991)
Debêntures ⁽¹⁾	-	-	325.329	-	3.508.900	4.296.043	3.834.229	(461.814)	3.135.053	2.998.120	(136.933)
Notas Promissórias ⁽²⁾	-	-	248.951	135.571	101.622	486.149	486.144	(5)	687.911	632.712	(55.199)
Ações ⁽³⁾	639.030	-	-	-	-	691.478	639.030	(52.448)	1.798.882	1.864.015	65.133
Cotas de Fundos de Investimentos	554	-	-	-	105.633	106.187	106.187	-	117.582	117.582	-
Cédulas de produto rural - commodities ⁽⁴⁾	-	8.437	15.311	86.149	119.160	236.971	229.057	(7.914)	218.115	208.428	(9.687)
Eurobonds ⁽⁵⁾	-	-	8.271	-	450.621	465.214	458.892	(6.322)	539.187	473.677	(65.510)
Credit Linked Notes	-	-	-	-	-	-	-	-	99.364	97.424	(1.940)
Letras Financeiras	-	-	-	-	104.310	104.310	104.310	-	255.683	254.713	(970)
Outros	-	-	-	35.932	368.444	392.862	404.376	11.514	321.381	324.496	3.115
3 – Títulos Mantidos até o Vencimento	-	-	-	4.144.647	2.253.588	6.206.014	6.398.235	192.221	10.231.435	10.281.786	50.351
Títulos Públicos	-	-	-	4.144.647	2.253.588	6.206.014	6.398.235	192.221	10.231.435	10.281.786	50.351
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	3.354.396	1.091.392	4.286.623	4.445.788	159.165	7.454.365	7.516.632	62.267
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	790.251	1.162.196	1.919.391	1.952.447	33.056	2.777.070	2.765.154	(11.916)
Total (1 + 2 + 3)	639.836	690.347	2.202.197	4.931.485	17.994.481	26.653.161	26.458.346	(194.815)	27.680.195	27.508.894	(171.301)

O valor de mercado contempla o ajuste prudencial de spread de crédito, atendendo ao disposto no artigo 8º da Resolução CMN nº 4.277/2013.

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis Consolidadas - Conglomerado Prudencial
Semestre findo em 30 de junho de 2017
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Os títulos classificados na categoria “Títulos mantidos até o vencimento” estão contabilizados nos termos da Circular BACEN nº 3.068/2001 pelo valor de custo. Para fins de apresentação do quadro acima, estas operações estão apresentadas ao valor de mercado.

- (1) O valor de custo das Debêntures inclui provisão para perdas no montante de R\$ 1.101.729 (R\$ 642.366 em 30 de junho de 2016) em contrapartida de Resultado com títulos e valores mobiliários.
- (2) Em 30 de junho de 2016, o valor de custo das Notas Promissórias inclui provisão para perdas no montante de R\$ 110.398 em contrapartida de Resultado com títulos e valores mobiliários.
- (3) O valor de custo das Ações inclui provisão para perdas no montante de R\$ 74.745 (R\$ 88.215 em 30 de junho de 2016) em contrapartida de Resultado com títulos e valores mobiliários. O valor de mercado das ações representa a cotação divulgada pela BM&FBovespa.
- (4) O valor de custo das Cédulas de Produto Rural considera também a provisão para perdas no montante de R\$ 21.055 (R\$ 7.132 em 30 de junho de 2016) em contrapartida de Resultado com títulos e valores mobiliários.
- (5) O valor de custo de Eurobonds considera também a provisão para perdas no montante de R\$ 4.958 (R\$ 48.407 em 30 de junho de 2016) em contrapartida de Resultado com títulos e valores mobiliários.

a.2) Composição da carteira por rubricas de publicação e prazo de vencimento

Vencimento em Dias	30.06.2017						30.06.2016				
	Valor de Mercado					Valor de custo	Total		Total		
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360		Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
Por Carteira	639.836	690.347	2.202.197	4.931.485	17.994.481	26.653.161	26.458.346	(194.815)	27.680.195	27.508.894	(171.301)
Carteira própria	714.581	762.621	216.240	363.027	11.193.033	13.380.058	13.249.501	(130.557)	17.621.096	17.572.487	(48.609)
Vinculados a compromisso de recompra	-	15.550	2.031.854	4.470.590	6.457.888	13.077.550	12.975.882	(101.668)	8.289.876	8.212.245	(77.631)
Vinculados à prestação de garantias	-	-	62.622	97.868	1.274.960	1.398.040	1.435.450	37.410	2.665.741	2.620.680	(45.061)
Provisão para desvalorização de títulos	(74.745)	(87.824)	(108.519)	-	(931.400)	(1.202.487)	(1.202.487)	-	(896.518)	(896.518)	-

a.3) Composição da carteira por categoria e prazo de vencimento em anos

Vencimento em Anos	30.06.2017					30.06.2016			
	Valor de Mercado					Total		Total	
	Sem vencimento	A vencer em até um ano	A vencer entre 1 e 5 anos	A vencer entre 5 e 10 anos	A vencer após 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado
Por Categoria	639.836	7.824.029	11.446.557	6.191.471	356.453	26.653.161	26.458.346	27.680.195	27.508.894
Títulos para negociação	252	2.515.512	2.051.204	1.188.065	22.749	5.759.223	5.777.782	3.965.967	3.962.594
Títulos Disponíveis para Venda	639.584	1.163.870	7.594.241	4.639.797	244.837	14.687.924	14.282.329	13.482.793	13.264.514
Títulos Mantidos até o vencimento	-	4.144.647	1.801.112	363.609	88.867	6.206.014	6.398.235	10.231.435	10.281.786

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis Consolidadas - Conglomerado Prudencial
Semestre findo em 30 de junho de 2017
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

a.4) Resumo da carteira por rubricas de publicação

	30.06.2017			30.06.2016		
	Valor Contábil			Valor Contábil		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Por Carteira	10.548.100	15.718.025	26.266.125	14.329.475	13.129.068	27.458.543
Carteira própria	4.850.989	9.057.973	13.908.962	11.841.501	5.644.757	17.486.258
Vinculados a compromisso de recompra	5.715.241	6.430.970	12.146.211	2.258.777	6.015.095	8.273.872
Vinculados à prestação de garantias	252.957	1.160.482	1.413.439	581.086	2.013.845	2.594.931
Provisão para desvalorização de títulos	(271.087)	(931.400)	(1.202.487)	(351.889)	(544.629)	(896.518)

a.5) Resumo da carteira por categoria

Por Categoria	30.06.2017		30.06.2016	
1 – Título para Negociação	5.777.782	22%	3.962.594	15%
2 – Títulos Disponíveis para Venda	14.282.329	54%	13.264.514	48%
3 – Títulos Mantidos até o Vencimento	6.206.014	24%	10.231.435	37%
Valor contábil da carteira	26.266.125	100%	27.458.543	100%
Marcação a mercado da categoria três	192.221		50.351	
Valor de mercado da carteira	26.458.346		27.508.894	

O Conglomerado, atendendo ao disposto no Artigo 8º da Circular nº 3.068/01, do Banco Central do Brasil, declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento” no montante de R\$ 6.206.014 (R\$ 10.231.435 em 30 de junho de 2016), representando 24% do total de títulos e valores mobiliários (37% em 30 de junho de 2016).

b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	1º Semestre/2017	1º Semestre/2016
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	995.948	1.203.513
Títulos de renda fixa	1.043.141	902.832
Títulos no exterior	34.114	(77.828)
Títulos de renda variável	51.390	(88.456)
Aplicações em fundos de investimento	4.617	73.768
Outros	251	291
Total ⁽¹⁾	2.129.461	2.014.120

⁽¹⁾ Inclui despesas de provisão para perdas no montante de R\$ 210.135 no semestre findo em 30 de junho de 2017 (R\$565.892 no semestre findo em 30 de junho de 2016).

c) Reclassificações de Títulos e Valores Mobiliários

Em 30 de junho de 2016 ocorreu a reclassificação de Títulos públicos – Notas do Tesouro Nacional, passando da categoria “Títulos para Negociação” para a categoria “Disponíveis para Venda”, em decorrência da revisão da intenção da Administração sobre os respectivos títulos. A reclassificação destes títulos não gerou impacto no resultado e no patrimônio líquido na respectiva data-base.

	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho / (Perda) não realizado
Notas do Tesouro Nacional	682.984	626.396	(56.588)
Total	682.984	626.396	(56.588)

Em 30 de junho de 2016 ocorreu a reclassificação de Títulos públicos – Notas do Tesouro Nacional, passando da categoria “Disponíveis para Venda” para a categoria “Mantidos até o Vencimento”, em decorrência da revisão da intenção da Administração sobre os respectivos títulos. A reclassificação destes títulos não gerou impacto no resultado e no patrimônio líquido na respectiva data-base.

	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho / (Perda) não realizado
Notas do Tesouro Nacional	801.988	759.962	(42.026)
Total	801.988	759.962	(42.026)

d) Instrumentos Financeiros Derivativos – IFD

O Conglomerado se utiliza de Instrumentos Financeiros Derivativos para gerenciar, de forma consolidada, suas posições e atender às necessidades dos seus clientes, classificando as posições próprias em destinadas a *hedge* (de risco de mercado e de fluxo de caixa) e negociação, ambas com limites e alçadas na Companhia. A estratégia de *hedge* das posições patrimoniais está em consonância com as análises macroeconômicas e é aprovada pela Administração.

No mercado de opções, as posições ativas ou compradas têm o Conglomerado como titular, enquanto que as posições passivas ou vendidas têm o Conglomerado como lançador.

Os modelos utilizados no gerenciamento dos riscos com derivativos são revistos periodicamente e as tomadas de decisões observam a melhor relação risco/retorno, estimando possíveis perdas com base na análise de cenários macroeconômicos.

O Conglomerado conta com ferramentas e sistemas para o gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos. A negociação de novos derivativos, padronizados ou não, é condicionada à prévia análise de risco. A avaliação do risco das controladas é feita individualmente e o gerenciamento de forma consolidada.

O Conglomerado utiliza metodologias estatísticas e simulação para mensurar os riscos de suas posições, inclusive em derivativos, utilizando modelos de valor em risco, de sensibilidade e análise de estresse.

Riscos

Os principais riscos, inerentes aos Instrumentos Financeiros Derivativos, decorrentes dos negócios do Banco e de suas controladas são os de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

Risco de crédito é definido pela possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados. A exposição ao risco de crédito nos contratos futuros é minimizada devido à liquidação financeira diária. Os contratos de *swaps*, registrados na Cetip, estão sujeitos ao risco de crédito caso a contraparte não tenha capacidade ou disposição para cumprir suas obrigações contratuais, enquanto que os contratos de *swaps* registrados na BM&FBovespa não estão sujeitos ao mesmo risco, tendo em vista que as operações do Conglomerado nessa bolsa possuem a mesma como garantidora.

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas por uma instituição financeira. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação das taxas de juros, das paridades cambiais, dos preços de ações e de commodities.

O risco de liquidez é definido pela:

- Possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- Possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado, uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Risco operacional é definido como a possibilidade de perda resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos à instituição.

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis Consolidadas - Conglomerado Prudencial
Semestre findo em 30 de junho de 2017
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d.1) Composição da carteira de derivativos por indexador

Por Indexador	Consolidado					
	30.06.2017			30.06.2016		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
Contratos de Futuros						
Compromissos de Compra	21.433.076	-	-	30.121.473	-	-
DI	6.176.647	-	-	10.080.197	-	-
Moedas	2.987.665	-	-	5.386.950	-	-
Índice	1.217.659	-	-	396.652	-	-
Cupom cambial	10.994.264	-	-	14.257.674	-	-
Outros	56.841	-	-	-	-	-
Compromissos de Venda	68.360.716	-	-	59.146.540	-	-
DI	41.576.896	-	-	26.402.956	-	-
Moedas	4.157.738	-	-	1.838.142	-	-
Índice	-	-	-	184.449	-	-
Libor	15.851.795	-	-	-	-	-
Cupom cambial	6.774.287	-	-	30.720.993	-	-
Operações a Termo						
Posição Ativa	615.117	615.117	615.101	786.378	786.378	786.612
Termo de moeda	-	-	-	24.881	24.881	24.881
Termo de títulos públicos	615.117	615.117	615.101	761.497	761.497	761.731
Posição Passiva	615.117	(615.117)	(615.236)	786.378	(786.378)	(788.658)
Termo de moeda	-	-	-	24.881	(24.881)	(24.589)
Termo de títulos públicos	615.117	(615.117)	(615.236)	761.497	(761.497)	(764.069)
Contratos de Opções⁽¹⁾						
De compra – Posição Comprada	7.444.797	150.380	108.520	15.068.303	591.899	162.081
Moeda estrangeira	6.428.288	122.979	96.246	10.163.963	498.232	112.317
Opções Flexíveis	574.609	10.711	6.530	3.548.480	59.087	5.613
Ações	441.900	16.690	5.744	1.355.860	34.580	44.151
De venda – Posição Comprada	6.710.320	564.114	510.418	12.137.084	749.940	1.188.243
Moeda estrangeira	5.784.425	253.616	234.599	7.554.831	288.001	546.500
Opções Flexíveis	6.621	134	24	2.722.030	127.506	131.170
Ações	919.274	310.364	275.795	1.860.223	334.433	510.573
De compra – Posição Vendida	6.806.061	(281.817)	(189.152)	25.587.749	(989.664)	(592.860)
Moeda estrangeira	5.333.988	(135.843)	(96.142)	19.705.931	(661.579)	(229.010)
Opções Flexíveis	737.373	(110.915)	(83.358)	3.709.148	(292.802)	(319.961)
Ações	734.700	(35.059)	(9.652)	2.172.670	(35.283)	(43.889)
De venda – Posição Vendida	8.470.631	(747.776)	(742.026)	10.598.039	(513.702)	(1.195.005)
Moeda estrangeira	7.486.513	(728.067)	(718.908)	6.290.713	(387.647)	(934.548)
Opções Flexíveis	503.918	(11.425)	(18.050)	2.271.936	(49.429)	(214.656)
Ações	480.200	(8.284)	(5.068)	2.035.390	(76.626)	(45.801)
Contratos de Swaps⁽¹⁾⁽²⁾						
Posição Ativa	8.964.711	1.077.320	1.183.009	18.463.908	1.834.824	1.773.675
DI	3.289.672	575.090	484.071	12.302.516	792.278	853.946
Moeda estrangeira	1.923.002	276.448	261.023	1.490.859	428.840	354.578
Pré-fixado	1.330.400	17.889	185.124	558.878	47.881	100.778
IPCA	2.093.170	159.870	194.007	3.333.760	347.923	243.316
IGPM	215.000	47.540	46.845	360.000	111.893	102.536
Libor	22.529	194	199	320.580	105.900	106.196
Outros	90.938	289	11.740	97.315	109	12.325
Posição Passiva	9.958.420	(783.161)	(1.018.305)	6.651.288	(932.606)	(923.502)
DI	2.004.347	(107.727)	(61.703)	1.130.940	(71.863)	(65.332)
Moeda estrangeira	4.057.586	(209.563)	(230.460)	1.695.405	(220.278)	(195.951)
Pré-fixado	970.002	(25.201)	(222.685)	424.198	(7.906)	(118.988)
IPCA	2.291.319	(401.387)	(462.452)	3.225.745	(552.411)	(464.384)
IGPM	80.000	(25.809)	(26.359)	130.000	(80.093)	(77.953)
Libor	545.166	(13.177)	(13.808)	35.000	(2)	(288)
Outros	10.000	(297)	(838)	10.000	(53)	(606)
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos						
Posição Ativa	3.116.046	64.589	58.772	4.300.449	292.942	326.701
Non Deliverable Forward ⁽¹⁾	3.099.505	64.489	58.621	4.300.449	292.942	326.701
Derivativos de crédito	16.541	100	151	-	-	-
Posição Passiva	5.192.613	(211.656)	(165.036)	3.448.399	(338.285)	(355.651)
Non Deliverable Forward ⁽¹⁾	4.810.516	(189.015)	(152.653)	2.851.376	(322.442)	(339.910)
Derivativos de crédito	382.097	(22.641)	(12.383)	597.023	(15.843)	(15.741)

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis Consolidadas - Conglomerado Prudencial
Semestre findo em 30 de junho de 2017
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

- (1) O valor de mercado das operações de *swap*, opções e *non deliverable forward* contemplam o risco de crédito da contraparte (ajuste de spread de crédito).
- (2) Contempla os *swaps* contabilizados nos termos da Circular BACEN nº 3.129/2002 pelo valor de custo. Para fins de apresentação por indexador estas operações estão ajustadas ao valor de mercado. No semestre findo em 30 de junho de 2016, o ajuste a valor de mercado da posição ativa foi positivo de R\$ 6.218.

d.2) Composição da carteira de derivativos por vencimento (valor referencial)

Vencimento em Dias	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	30.06.2017	30.06.2016
Contratos futuros	19.688.043	19.119.415	18.168.570	32.817.764	89.793.792	89.268.013
Contratos a termo	615.117	-	-	-	615.117	786.378
Contratos de opções	15.247.518	5.946.261	412.019	7.826.011	29.431.809	63.391.175
Contratos de <i>swaps</i>	759.913	2.014.499	2.649.724	13.498.994	18.923.131	25.115.196
Derivativos de crédito	-	49.623	-	349.015	398.638	597.023
<i>Non Deliverable Forward</i> - Moeda estrangeira	1.464.477	3.148.844	3.296.700	-	7.910.021	7.151.825

d.3) Composição da carteira de derivativos por local de negociação e contraparte (valor referencial em 30.06.2017)

	Futuros	Termo	Opções	Swap	Derivativo de crédito	<i>Non Deliverable Forward</i>
Bolsa de valores	89.793.792	-	27.609.287	-	-	-
Balcão	-	615.117	1.822.522	18.923.131	398.638	7.910.021
Instituições financeiras	-	615.117	-	10.373.279	398.638	162.142
Cliente	-	-	1.822.522	8.549.852	-	7.747.879

d.4) Composição da carteira de derivativos de crédito

	30.06.2017			30.06.2016		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
Swap de Crédito						
Risco recebido	297.738	(19.582)	(10.995)	276.043	(15.820)	(15.101)
Risco transferido	100.900	(2.959)	(1.237)	320.980	(23)	(640)
Por indexador						
Posição Ativa – Pré-fixado	16.541	100	151	-	-	-
Posição Passiva – Pré-fixado	382.097	(22.641)	(12.383)	597.023	(15.843)	(15.741)

Para a venda de proteção é aprovado limite de crédito, tanto para o cliente risco quanto para a contraparte, conforme as alçadas e fóruns dos comitês de crédito. Aloca-se limite de crédito para o cliente risco pelo valor de referência (*notional*) do derivativo, considerando os valores depositados em garantia.

Para a compra de proteção, opera-se em carteira de *trading* com cliente risco soberano. Nesse caso, considera-se a exposição potencial futura para alocar limite da contraparte. A carteira de derivativos de crédito gerou impactos na Parcela Referente às Exposições Ponderadas por Fator de Risco (PRMR), para apuração do Índice de Basileia do Banco no montante de R\$ 6.084 (R\$ 6.719 em 30 de junho de 2016).

d.5) Composição da margem dada em garantia de operações com instrumentos financeiros derivativos

	30.06.2017	30.06.2016
Letras Financeiras do Tesouro	230.185	40.324
Notas do Tesouro Nacional	652.146	1.321.352
Letras do Tesouro Nacional	495.879	1.198.456
Outros	55.686	47.669
Total	1.433.896	2.607.801

d.6) Composição da carteira de derivativos designados para *hedge*

As operações de *hedge* foram avaliadas como efetivas, de acordo com o estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/2002, cuja comprovação da efetividade do *hedge* corresponde ao intervalo de 80% a 125%. Para as operações de crédito, a classificação e percentual de provisão para créditos de liquidação duvidosa é considerada na métrica de cálculo de efetividade.

Hedge de risco de mercado

O Conglomerado, para se proteger de eventuais oscilações nas taxas de juros e de câmbio dos seus instrumentos financeiros, contratou operações de derivativos para compensar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado.

	30.06.2017	30.06.2016
Hedge de Risco de Mercado		
Instrumentos de Hedge		
Ativo	3.375.699	3.669.800
Futuro	3.116.703	3.116.886
Swap	8.888	78.548
Opções	250.108	474.366
Passivo	32.890.056	26.138.720
Futuro	32.890.056	26.138.720
Itens Objeto de Hedge		
Ativo	27.942.510	23.906.649
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	9.328.049	4.178.403
Títulos e Valores Mobiliários	254.800	4.636.960
Operações de Crédito	18.359.661	15.091.286
Passivo	3.148.215	3.200.088
Dívida Subordinada	3.148.215	3.200.088

Hedge de fluxo de caixa

Para proteger os fluxos de caixa futuros de pagamentos contra a exposição à taxa de juros variável (CDI), o Conglomerado negociou contratos de Futuro DI na BM&FBOVESPA.

No semestre findo em 30 de junho de 2017 a marcação a mercado da parcela efetiva, no montante de R\$ (36.253), (R\$ (20.163) em 30 de junho de 2016) foi reconhecida no Patrimônio Líquido e a parcela inefetiva, no montante de R\$ (20), (R\$ (11) em 30 de junho de 2016) foi reconhecida no resultado em "Resultado de instrumentos financeiros derivativos".

	30.06.2017	30.06.2016
Hedge de Fluxo de Caixa		
Instrumentos de Hedge		
Passivo	292.617	243.604
Futuro	292.617	243.604
Itens Objeto de Hedge		
Passivo	268.238	232.267
Obrigações por Letras Financeiras	25.969	21.937
Dívida Subordinada	242.269	210.330

Os vencimentos das operações objeto do hedge de fluxo de caixa, em 30 de junho de 2017, são:

	30.06.2017
Vencimentos	
jul/17	499
ago/17	554
jan/19	24.916
jan/20	80.240
out/21	162.029
Total Objeto de Hedge de Fluxo de Caixa	268.238

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis Consolidadas - Conglomerado Prudencial
Semestre findo em 30 de junho de 2017
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d.7) Ganhos e perdas no resultado dos instrumentos de hedge e dos objetos de hedge

	1º Semestre/2017	1º Semestre/2016
Perdas dos Itens objeto de <i>hedge</i>	(1.575.832)	(791.800)
Ganhos dos instrumentos de <i>hedge</i>	1.611.239	829.264
Efeito Líquido	35.407	37.464
Ganhos dos Itens objeto de <i>hedge</i>	6.357.068	2.716.535
Perdas dos instrumentos de <i>hedge</i>	(6.391.237)	(2.735.327)
Efeito Líquido	(34.169)	(18.792)

As perdas líquidas dos efeitos fiscais relativas ao *Hedge* de Fluxo de Caixa que o Conglomerado espera reconhecer no resultado nos próximos 12 meses, totalizam R\$ 5.617.

d.8) Instrumentos financeiros derivativos segregados em circulante e não circulante

	30.06.2017			30.06.2016		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Ativo						
Operações de termo	615.101	-	615.101	786.612	-	786.612
Mercado de opções	430.678	188.260	618.938	752.490	597.834	1.350.324
Contratos de <i>swaps</i>	86.091	1.096.919	1.183.010	680.781	1.086.676	1.767.457
Derivativos de crédito	133	18	151	-	-	-
Outros instr. financ. derivat.	57.485	1.135	58.620	321.540	5.161	326.701
Total	1.189.488	1.286.332	2.475.820	2.541.423	1.689.671	4.231.094
Passivo						
Operações de termo	(615.236)	-	(615.236)	(788.658)	-	(788.658)
Mercado de opções	(716.357)	(214.821)	(931.178)	(1.093.468)	(694.397)	(1.787.865)
Contratos de <i>swaps</i>	(117.561)	(900.744)	(1.018.305)	(191.316)	(732.186)	(923.502)
Derivativos de crédito	(73)	(12.310)	(12.383)	(640)	(15.101)	(15.741)
Outros instr. financ. derivat.	(149.883)	(2.770)	(152.653)	(318.918)	(20.992)	(339.910)
Total	(1.599.110)	(1.130.645)	(2.729.755)	(2.393.000)	(1.462.676)	(3.855.676)

d.9) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	1º Semestre/2017	1º Semestre/2016
<i>Swap</i>	84.128	1.060.905
Termo	(397)	(1.976)
Opções	46.924	210.994
Futuro	(282.903)	(1.174.926)
Derivativos de crédito	7.973	22.646
Ajuste ao valor de mercado de operações de crédito objeto de <i>hedge</i>	196.671	725.180
<i>Non Deliverable Forward</i>	(84.003)	(168.137)
Resultado com variação cambial sobre investimentos no exterior	21.666	(300.919)
Total	(9.941)	373.767

d.10) Hedge contábil

Consolidado Estratégias/Risco	Objeto de hedge			Instrumentos de hedge		
	30.06.2017		30.06.2016	Derivativo	30.06.2017	30.06.2016
	Valor de mercado	Ganho/(Perda) não realizado	Valor de mercado		Valor de mercado	Valor de mercado
Hedge de Op. compromissadas/ Valor justo / taxas pré-fixadas	9.328.049	7.026	4.178.403	Futuro DI	11.560.291	4.445.673
Hedge de Tít. e Valores Mobiliários – Renda Fixa / Valor justo / taxa pré-fixada	-	-	4.508.821	Swap	-	4.513.798
Hedge de Tít. e Valores Mobiliários – Renda Variável / Valor justo	254.800	(51.717)	128.139	Opções	250.108	474.366
Hedge de Operações de crédito / Valor justo / taxa pré-fixada / variação cambial	18.359.661	522.886	15.091.286	Futuro DI	14.463.862	12.611.580
				Futuro DDI	1.452.242	1.741.048
Hedge de Dívida Subordinada / Valor justo / variação cambial/IGP-M	3.148.215	(151.716)	3.200.088	Futuro Libor	5.413.661	561.281
				Futuro DDI	3.116.703	3.116.886
Hedge de Obrigações por Letras Financeiras e Dívida Subordinada / Fluxo de caixa / taxa pré-fixada	268.238	-	232.267	Swap	256.712	369.597
				Futuro DI	292.617	243.604

7. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

a) Créditos vinculados

	30.06.2017	30.06.2016
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	356.915	585.191
Depósitos a vista	22.047	15.125
Recursos a Prazo	332.732	567.600
Operações de microfinanças	2.136	2.466
Total	356.915	585.191
Ativo circulante	356.915	585.191

b) Resultado das aplicações compulsórias

	1º Semestre/2017	1º Semestre/2016
Créditos vinculados ao Banco Central do Brasil		
Exigibilidade sobre recursos a prazo	11.751	16.384
Total	11.751	16.384

8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Carteira por Modalidade

	30.06.2017	30.06.2016
Operações de crédito	44.054.271	44.156.604
Empréstimos e títulos descontados	7.345.857	8.295.334
Financiamentos	26.702.404	21.077.846
Financiamentos rurais e agroindustriais	525.016	433.424
Financiamentos imobiliários	224.607	399.482
Operações de crédito vinculadas às cessões ⁽¹⁾	9.256.387	13.950.518
Outros Créditos com características de concessão de crédito	2.645.773	2.585.826
Operações com cartões de crédito	966.173	779.104
Adiantamentos sobre contratos de câmbio ⁽²⁾	360.637	469.237
Avais e fianças honrados	17.207	176.419
Títulos e créditos a receber	1.301.756	1.161.066
Operações de Arrendamento Mercantil ⁽³⁾	127.859	132.590
Total da Carteira de Crédito	46.827.903	46.875.020
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.230.955)	(2.988.867)
(Provisão para operações de crédito)	(3.074.410)	(2.794.147)
(Provisão para outros créditos)	(151.907)	(185.363)
(Provisão para arrendamento mercantil)	(4.638)	(9.357)
Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões	43.596.948	43.886.153

⁽¹⁾ Operações de crédito cedidas com retenção substancial de riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

⁽²⁾ Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão registrados como redutores de Outras obrigações.

⁽³⁾ Operações de arrendamento mercantil apresentados pelo método financeiro.

b) Operações de Arrendamento a Receber

	30.06.2017	30.06.2016
Operações de Arrendamento Mercantil a Receber	144.978	151.202
Arrendamentos financeiros a receber	144.978	151.202
Ativo circulante	82.142	125.997
Ativo não circulante	62.836	25.205
	30.06.2017	30.06.2016
Rendas a apropriar de Arrendamento Mercantil	(144.599)	(148.399)
Rendas a apropriar de Arrendamentos financeiros	(144.599)	(148.399)
Ativo circulante	(81.927)	(123.660)
Ativo não circulante	(62.672)	(24.739)

Em atendimento às normas do BACEN, os contratos de arrendamento financeiro e outros créditos com característica de concessão de créditos estão apresentados em diversas contas patrimoniais, como segue:

	30.06.2017	30.06.2016
Arrendamentos financeiros a receber	144.978	151.202
Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros	(144.599)	(148.399)
Títulos e créditos a receber	-	186
Imobilizado de arrendamento financeiro (Nota 14a)	133.594	155.258
Credores por antecipação do valor residual	(6.113)	(25.472)
Valor Presente dos Contratos de Arrendamento Financeiros/Outros Créditos	127.860	132.775

c) Resultado de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil

	1º Semestre/2017	1º Semestre/2016
Operações de Crédito	3.814.987	3.001.683
Empréstimos e títulos descontados	968.214	1.061.955
Financiamentos	2.388.119	1.613.007
Financiamentos rurais e agroindustriais	18.206	17.258
Financiamentos imobiliários	18.349	33.803
Recuperação de créditos anteriormente baixados como prejuízo ⁽¹⁾	416.991	268.806
Financiamentos em moedas estrangeiras	(236)	(577)
Avais e fianças honrados	369	593
Outras	4.975	6.838
Arrendamento Mercantil (Nota 8i)	4.308	19.077
Total ⁽²⁾	3.819.295	3.020.760

⁽¹⁾ No semestre findo em 30 de junho de 2016 as vendas de operações em prejuízo somaram R\$ 702.364 (com impacto no resultado de R\$ 18.300), por meio de cessões de crédito, sem coobrigação a entidades não integrantes do Sistema Financeiro Nacional, conforme Resolução CMN nº 2.836/2001.

⁽²⁾ Não contempla as operações de crédito vinculadas às cessões. Considerando tais ativos, as receitas de operações de crédito e de arrendamento mercantil do Consolidado, no semestre findo em 30 de junho de 2017 totalizariam R\$ 4.989.801 (R\$ 4.883.785 no semestre findo em 30 de junho de 2016).

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis Consolidadas - Conglomerado Prudencial
Semestre findo em 30 de junho de 2017
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Carteira de crédito por Setores de Atividade Econômica

	30.06.2017	%	30.06.2016	%
Setor Público	501.859	1,08%	550.447	1,18%
Governo	501.859	1,08%	550.447	1,18%
Administração pública	501.859	1,08%	550.447	1,18%
Setor Privado	45.803.345	98,92%	46.080.700	98,82%
Pessoa Física ⁽¹⁾	33.303.169	71,92%	32.725.819	70,18%
Pessoa Jurídica	12.500.176	27,00%	13.354.881	28,64%
Agronegócio de origem animal	354.838	0,77%	325.430	0,70%
Agronegócio de origem vegetal	233.480	0,50%	291.995	0,63%
Atividades específicas da construção	105.116	0,23%	415.330	0,90%
Automotivo	33.697	0,07%	43.766	0,09%
Comércio atacadista e indústrias diversas	4.233.965	9,14%	4.292.043	9,20%
Comércio varejista	600.220	1,30%	993.007	2,13%
Construção pesada	34.569	0,07%	50.218	0,11%
Eletroeletrônico	38	0,00%	1.744	0,00%
Energia elétrica	501.501	1,08%	580.312	1,24%
Imobiliário	217.442	0,47%	366.390	0,79%
Instituições e serviços financeiros	494.977	1,07%	157.479	0,34%
Madeireiro e moveleiro	11.584	0,03%	12.364	0,03%
Mineração e metalurgia	465.907	1,01%	447.546	0,96%
Papel e celulose	304.282	0,66%	315.724	0,68%
Químico	1.028.891	2,22%	1.069.504	2,29%
Serviços	1.680.073	3,63%	1.838.447	3,94%
Telecomunicações	57.345	0,12%	78.750	0,17%
Têxtil e confecções	71.909	0,16%	127.707	0,27%
Transportes	1.077.612	2,33%	1.358.925	2,91%
Demais atividades	992.730	2,14%	588.200	1,26%
Total	46.305.204	100,00%	46.631.147	100,00%
(+/-) Ajuste ao valor de mercado ⁽²⁾	522.699		243.873	
Total da carteira de crédito ajustada ao valor de mercado	46.827.903		46.875.020	

⁽¹⁾ Incluem operações de crédito com os setores de agronegócio e outros setores de atividade econômica realizada com pessoas físicas.

⁽²⁾ Refere-se ao ajuste ao valor de mercado das operações de crédito que são objeto de hedge de risco de mercado.

e) Carteira de crédito por Níveis de Risco e Prazos de Vencimento

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30.06.2017	30.06.2016
Operações em Curso Normal											
Parcelas Vincendas	3.754.436	19.284.019	7.689.502	7.417.436	1.205.459	202.569	146.131	79.798	522.453	40.301.803	39.842.026
01 a 30	325.955	1.821.476	306.068	270.942	44.114	21.396	2.642	2.712	82.852	2.878.157	2.816.614
31 a 60	202.989	1.071.325	318.888	249.815	62.094	7.393	11.059	2.722	5.386	1.931.671	1.842.333
61 a 90	146.230	1.002.229	300.032	243.060	38.903	6.553	3.803	2.742	11.534	1.755.086	1.792.483
91 a 180	214.761	2.735.380	1.028.971	717.005	114.832	19.949	9.071	7.782	30.917	4.878.668	4.791.853
181 a 360	475.415	4.061.006	1.554.422	1.286.615	198.577	35.560	17.132	13.118	40.699	7.682.544	7.534.330
Acima de 360	2.389.086	8.592.603	4.181.121	4.649.999	746.939	111.718	102.424	50.722	351.065	21.175.677	21.064.413
Parcelas Vencidas	82	944.265	65.439	67.624	17.653	11.463	3.145	862	11.341	1.121.874	943.055
Até 14 dias	82	944.265	65.439	67.624	17.653	11.463	3.145	862	11.341	1.121.874	943.055
Subtotal	3.754.518	20.228.284	7.754.941	7.485.060	1.223.112	214.032	149.276	80.660	533.794	41.423.677	40.785.081
Operações em Curso Anormal											
Parcelas Vincendas	-	-	700.207	874.277	349.138	288.262	274.384	206.321	633.257	3.325.846	3.791.802
01 a 30	-	-	44.383	51.092	21.234	14.850	13.599	13.187	47.142	205.487	239.547
31 a 60	-	-	42.377	44.956	18.253	13.158	12.036	11.167	42.919	184.866	209.823
61 a 90	-	-	40.350	43.334	17.449	12.735	11.588	11.013	39.846	176.315	202.194
91 a 180	-	-	110.683	122.374	56.432	36.323	32.917	30.792	92.412	481.933	569.189
181 a 360	-	-	173.509	198.002	83.153	58.638	67.788	49.255	142.737	773.082	913.879
Acima de 360	-	-	288.905	414.519	152.617	152.558	136.456	90.907	268.201	1.504.163	1.657.170
Parcelas Vencidas ⁽¹⁾	-	-	117.300	193.922	142.706	142.973	135.612	161.081	662.087	1.555.681	2.054.264
De 01 a 14	-	-	66.315	71.001	38.992	28.280	18.525	9.971	31.088	264.172	84.630
15 a 30	-	-	50.985	55.694	20.366	14.630	8.700	7.979	89.623	247.977	386.089
31 a 60	-	-	-	67.227	51.387	17.487	14.998	59.388	64.037	274.524	553.157
61 a 90	-	-	-	-	31.961	38.049	45.110	43.158	45.938	204.216	335.774
91 a 180	-	-	-	-	-	44.527	48.279	40.585	259.394	392.785	345.371
181 a 360	-	-	-	-	-	-	-	-	160.489	160.489	341.693
Acima de 360	-	-	-	-	-	-	-	-	11.518	11.518	7.550
Subtotal	-	-	817.507	1.068.199	491.844	431.235	409.996	367.402	1.295.344	4.881.527	5.846.066
Total	3.754.518	20.228.284	8.572.448	8.553.259	1.714.956	645.267	559.272	448.062	1.829.138	46.305.204	46.631.147
(+/-) Ajuste ao valor de mercado ⁽²⁾										522.699	243.873
Total da carteira de crédito ajustada ao valor de mercado										46.827.903	46.875.020

(1) Para as operações do varejo com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos períodos em atraso, conforme facultado pela Resolução CMN nº 2.682/1999. Para as operações do atacado, a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso também se aplica, conforme avaliação interna.

(2) Refere-se ao ajuste ao valor de mercado das operações de crédito que são objeto de hedge de risco de mercado.

f) Constituição da Provisão para Operações de Crédito por Níveis de Risco

Nível de Risco	% Provisão	30.06.2017				30.06.2016			
		Valor das Operações	Provisão mínima requerida	Provisão Adicional ⁽²⁾	Provisão Existente	Valor das Operações	Provisão mínima requerida	Provisão Adicional	Provisão Existente
AA	0,00%	3.754.518	-	-	-	3.466.795	-	-	-
A	0,50%	20.228.284	(101.141)	-	(101.141)	23.351.594	(116.758)	(216)	(116.974)
B	1,00%	8.572.448	(85.724)	-	(85.724)	7.374.672	(73.747)	(908)	(74.655)
C	3,00%	8.553.259	(256.598)	-	(256.598)	7.826.430	(234.793)	(13.963)	(248.756)
D	10,00%	1.714.956	(171.496)	-	(171.496)	1.379.627	(137.963)	(15.827)	(153.790)
E	30,00%	645.267	(193.581)	-	(193.581)	477.461	(143.238)	(2.364)	(145.602)
F	50,00%	559.272	(279.636)	-	(279.636)	700.605	(350.303)	(2.136)	(352.439)
G	70,00%	448.062	(313.641)	-	(313.641)	535.552	(374.886)	(3.354)	(378.240)
H	100,00%	1.829.138	(1.829.138)	-	(1.829.138)	1.518.411	(1.518.411)	-	(1.518.411)
Total		46.305.204	(3.230.955)	-	(3.230.955)	46.631.147	(2.950.099)	(38.768)	(2.988.867)
(+/-) Ajuste ao valor de mercado ⁽¹⁾		522.699				243.873			
Total da carteira de crédito ajustada ao valor de Mercado		46.827.903				46.875.020			

⁽¹⁾ Refere-se ao ajuste ao valor de mercado das operações de crédito que são objeto de *hedge* de risco de mercado.

⁽²⁾ No quarto trimestre de 2016 a provisão adicional passou a compor a provisão mínima requerida, com o aprimoramento de critérios de avaliação de risco de crédito (de escoragem comportamental ou "behaviour scoring"), bem como de agravamento de nível de risco.

g) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Compreendem as operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos com característica de concessão de crédito.

	1º Semestre/2017	1º Semestre/2016
Saldo inicial	3.671.220	4.152.135
Reforço / (reversão)	1.131.670	691.229
Provisão mínima requerida	1.131.670	732.043
Provisão adicional ⁽¹⁾	-	(40.814)
Baixas para prejuízo	(1.571.935)	(1.854.497)
Saldo final	3.230.955	2.988.867

⁽¹⁾ No quarto trimestre de 2016, a provisão adicional passou a compor a provisão mínima requerida, com o aprimoramento de critérios de avaliação de risco de crédito (de escoragem comportamental ou "behavior scoring"), bem como de agravamento de nível de risco.

h) Carteira de Arrendamento Mercantil Financeiro por Prazo de Vencimento

Consolidado	30.06.2017	30.06.2016
Até 1 ano ⁽¹⁾	72.443	110.641
De 1 a 5 anos	55.417	22.134
Total Valor Presente⁽²⁾	127.860	132.775

⁽¹⁾ Inclui os valores relativos às parcelas vencidas.

⁽²⁾ Inclui os títulos e créditos a receber apresentados em "Outros créditos".

i) Resultado das Operações de Arrendamento Mercantil

	1º Semestre/2017	1º Semestre/2016
Receitas de Arrendamento Mercantil	53.930	113.654
Arrendamento financeiro	45.322	76.754
Lucro na alienação de bens arrendados	1.430	24.976
Recuperação de créditos anteriormente baixados como prejuízo	7.178	11.924
Despesas de Arrendamento Mercantil	(49.622)	(94.577)
Arrendamento financeiro	(49.236)	(92.541)
Prejuízo na alienação de bens arrendados	(386)	(2.036)
Total	4.308	19.077

j) Concentração das Operações de Crédito

	30.06.2017	% da carteira	30.06.2016	% da carteira
Maior devedor	1.020.460	2,20%	1.007.254	2,15%
10 Maiores devedores	3.587.715	7,75%	3.920.425	8,36%
20 Maiores devedores	5.071.624	10,95%	5.532.079	11,80%
50 Maiores devedores	7.740.164	16,71%	8.177.884	17,45%
100 Maiores devedores	9.903.098	21,39%	10.346.224	22,07%

k) Informações sobre cessões de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011

No semestre findo em 30 de junho de 2017, o Conglomerado apurou receita com a reversão de provisão para perdas de R\$ 50, referente às cessões realizadas até 31 de dezembro de 2011. Em 30 de junho de 2017, o Conglomerado não possui mais exposição a essas operações.

l) Informações sobre cessões de crédito realizadas a partir de 01 de janeiro de 2012

Foram realizadas transferências de ativos financeiros (operações de crédito), com retenção substancial dos riscos e benefícios para partes relacionadas.

	30.06.2017		30.06.2016	
	Ativo financeiro objeto da venda	Passivo referente à obrigação assumida ⁽¹⁾	Ativo financeiro objeto da venda	Passivo referente à obrigação assumida ⁽¹⁾
Instituições financeiras - Partes relacionadas	9.256.387	10.446.573	13.950.518	15.689.569
Total	9.256.387	10.446.573	13.950.518	15.689.569

⁽¹⁾ Registrado na rubrica Outras obrigações – Diversas – Obrigações de operações vinculadas às cessões (Nota 19d).

No Conglomerado, no semestre findo em 30 de junho de 2017, as receitas do ativo objeto de venda ou transferência totalizaram R\$ 1.170.506 (R\$ 1.863.025 no semestre findo em 30 de junho de 2016) e as despesas com obrigação por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros totalizaram R\$ 784.943 (R\$ 1.317.133 no semestre findo em 30 de junho de 2016).

O Conglomerado não adotou a opção prevista na Resolução CMN nº 4.036/2011 sobre o tratamento das perdas de liquidações antecipadas, reconhecendo as perdas integralmente no momento em que elas ocorrem.

m) Movimentação dos créditos renegociados

	1º Semestre/2017	1º Semestre/2016
Saldo inicial	6.765.372	7.961.559
Contratações	1.988.908	1.938.496
(Recebimento) e apropriação de juros	(2.178.051)	(2.660.963)
Baixa para prejuízo	(522.962)	(392.234)
Saldo final	6.053.267	6.846.858

n) Informações Complementares

	30.06.2017	30.06.2016
Créditos contratados a liberar	2.067.576	1.630.406
Garantias prestadas	5.080.845	7.804.562

	1º Semestre/2017	1º Semestre/2016
Montante de créditos recuperados, anteriormente baixados como prejuízo ⁽¹⁾	424.727	280.729

⁽¹⁾ Registrado no resultado na linha de Receitas da Intermediação Financeira - Receitas de Operação de Crédito, Receitas de Operações de Arrendamento Mercantil e Resultado de Operações de Câmbio, conforme Resolução CMN nº 2.836/2001.

9. CARTEIRA DE CÂMBIO

a) Composição

	30.06.2017	30.06.2016
Outros Créditos		
Câmbio comprado a liquidar	868.955	1.444.517
Direitos sobre vendas de câmbio	466.273	692.998
(Adiantamentos em moeda nacional/ estrangeira recebidos)	(7.024)	(25.502)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	7.085	9.664
Total	1.335.289	2.121.677
Ativo circulante	1.335.289	2.121.677
Outras Obrigações		
Câmbio vendido a liquidar	(468.556)	(687.100)
Obrigações por compras de câmbio	(848.101)	(1.523.391)
(Adiantamentos sobre contrato de câmbio)	350.461	452.343
Valores em moedas estrangeiras a pagar	-	(73)
Total	(966.196)	(1.758.221)
Passivo circulante	(966.196)	(1.758.221)
Carteira de Câmbio líquida	369.093	363.456
Contas de Compensação		
Créditos abertos para importação	50.817	12.035

b) Resultado de Operações de Câmbio

	Consolidado	
	1º Semestre/2017	1º Semestre/2016
Rendas de câmbio	642.086	1.166.896
Recuperação de créditos anteriormente baixados como prejuízo	558	-
Despesas de câmbio	(594.510)	(1.486.213)
Resultado de operações de câmbio	48.134	(319.317)

10. OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

	30.06.2017	30.06.2016
Ativo fiscal diferido – Crédito Tributário (Nota 23e)	7.649.051	7.260.419
Devedores por depósitos em garantia - Contingências (Nota 26g)	575.936	1.234.263
Devedores por depósitos em garantia - Outros	316	266
Operações com cartões de crédito (Nota 8a)	966.173	779.104
Títulos e créditos a receber - Op. em recuperação judicial homologada (Nota 8a)	85.878	15.502
Títulos e créditos a receber ⁽¹⁾ (Nota 8a)	1.215.878	1.145.564
Créditos vinculados a operações adquiridas em cessão	-	126.889
Impostos e contribuições a compensar	118.274	164.506
Prêmios sobre créditos vinculados às operações adquiridas em cessão	12.725	14.607
Devedores diversos - no País	123.650	96.178
Devedores por compra de valores e bens	3.454	-
Outros	25.429	26.545
Total	10.776.764	10.863.843
Ativo circulante	4.881.892	4.720.139
Ativo não circulante	5.894.872	6.143.704

⁽¹⁾ Inclui operações contratadas com instituições não integrantes do sistema financeiro, decorrentes da aquisição de direitos creditórios de transações mercantis, sem coobrigação da instituição cedente.

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis Consolidadas - Conglomerado Prudencial
Semestre findo em 30 de junho de 2017
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

11. OUTROS VALORES E BENS

	30.06.2017	30.06.2016
Bens não de Uso Próprio	263.036	293.325
Veículos e afins	102.704	106.898
Imóveis	37.844	165.057
Bens em regime especial	120.828	18.672
Máquinas e equipamentos	1.660	2.698
Material em Estoque	1.124	674
Subtotal	264.160	293.999
(Provisão para desvalorização)	(45.439)	(62.661)
Despesas Antecipadas	160.858	314.550
Despesas de seguros	3.840	2.455
Despesas de processamento de dados	10.818	9.659
Comissões por intermediação de operações ⁽¹⁾	138.229	288.472
Despesas de serviços do sistema financeiro	2.637	2.292
Despesas de serviços técnicos especializados	2.067	4.336
Direito de usufruto de ações	-	2.958
Outras	3.267	4.378
Total	379.579	545.888
Ativo circulante	252.848	447.335
Ativo não circulante	126.731	98.553

⁽¹⁾ Referem-se aos valores a diferir dos custos associados à produção de operações de crédito e de arrendamento mercantil concedidos incorridos na sua origemação.

As comissões sobre operações de crédito originadas a partir de 02 de janeiro de 2015, nos termos da Resolução CMN nº 4.294/2013, e em consonância com a faculdade prevista na Circular BACEN nº 3.738/2014, tiveram remuneração dos correspondentes parcialmente reconhecidas no ativo, cujo saldo no semestre findo em 30 de junho de 2017 é de R\$ 111.700 (R\$ 167.848 em 30 de junho de 2016).

12. INVESTIMENTOS

a) Movimentações nas Participações em Controladas

	Saldo contábil	Movimentações – 1º Semestre/2017		Saldo contábil		Resultado equivalência
	31.12.2016	Dividendos / Outros eventos	Resultado equivalência	30.06.2017	30.06.2016	1º Semestre 2016
No País						
Não consolidadas	1.310.381	53.000	100.750	1.464.131	194.960	89.843
Votorantim Corretora de Seguros S.A..	234.483	-	109.922	344.405	144.746	78.983
BV Investimentos Alternativos e Gestão de Recursos S.A	133.518	-	6.450	139.968	41.458	6.696
Promotiva S.A	16.778	-	8.085	24.863	8.756	4.164
BV Empreendimentos e Participações Ltda ⁽¹⁾	925.602	53.000	(23.707)	954.895	-	-

⁽¹⁾ A partir de julho de 2016, o Conglomerado passou a registrar a BV Empreendimentos e Participações S.A. como investimento pelo método de equivalência patrimonial, anteriormente registrado como Títulos e Valores Mobiliários – Ações (Nota 6a).

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis Consolidadas - Conglomerado Prudencial
Semestre findo em 30 de junho de 2017
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Informações Financeiras Resumidas das Participações Societárias não consolidadas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas

	30.06.2017		
	Votorantim Corretora de Seguros S.A.	BV Investimentos Alternativos e Gestão de Recursos S.A.	Promotiva S.A.
Ativo Total	406.924	142.615	53.944
Passivo Total	406.924	142.615	53.944
Passivo	62.519	2.647	29.081
Patrimônio Líquido	344.405	139.968	24.863
Resultado do período	109.922	6.450	8.085

	30.06.2016		
	Votorantim Corretora de Seguros S.A.	BV Investimentos Alternativos e Gestão de Recursos S.A.	Promotiva S.A.
Ativo Total	188.337	43.163	34.090
Passivo Total	188.337	43.163	34.090
Passivo	43.591	1.705	25.334
Patrimônio Líquido	144.746	41.458	8.756
Resultado do período	78.983	6.696	4.164

c) Outros Investimentos

	30.06.2017	30.06.2016
Investimentos por incentivos fiscais	98.195	115.398
Títulos patrimoniais	-	176
Ações e cotas	180	6
Outros	1.882	130
Total	100.257	115.710
(Imparidade acumulada)	(30.625)	(49.101)

13. IMOBILIZADO DE USO

	31.12.2016	1º Semestre/2017		30.06.2017		30.06.2017	
	Saldo contábil	Movimentação	Depreciação	Valor de custo	Depreciação acumulada	Saldo contábil	Saldo contábil
Instalações	53.793	4.933	(6.428)	117.837	(65.539)	52.298	47.557
Móveis e equipamentos de uso	13.977	(1.468)	(1.743)	40.776	(30.010)	10.766	16.055
Sistema de comunicação	2.439	14	(297)	14.694	(12.538)	2.156	1.271
Sistema de processamento de dados	27.400	5.268	(4.932)	126.793	(99.057)	27.736	29.496
Sistema de segurança	89	57	(16)	2.520	(2.390)	130	33
Sistema de transporte	189	29	(42)	817	(641)	176	222
Imobilizações em curso	-	1.622	-	1.622	-	1.622	-
Total	97.887	10.455	(13.458)	305.059	(210.175)	94.884	94.634

14. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO

a) Imobilizado de Arrendamento

	30.06.2017	30.06.2016
Bens Arrendados	274.059	329.157
Veículos e afins	161.779	213.388
Máquinas e equipamentos	58.473	67.263
Móveis	3.379	3.379
Instalações	391	416
Sistemas de processamento de dados	94	2.557
Perdas em arrendamentos a amortizar ⁽¹⁾	49.943	42.154
Superveniências / (Insuficiência) de Depreciações	(16.867)	16.870
Depreciação Acumulada ⁽¹⁾	(123.598)	(190.769)
Total	133.594	155.258

⁽¹⁾ Conforme Carta Circular 3.791, a rubrica de diferido de arrendamento foi reclassificada para o grupo de imobilizado de arrendamento para a data base 30 de junho de 2016.

b) Ajuste da Carteira

O ajuste da carteira de contratos de arrendamento mercantil (superveniência/insuficiência de depreciação) foi apurado conforme disposto na Nota Explicativa nº 3h, apresentando a seguinte posição:

	30.06.2017	30.06.2016
Valor presente	133.973	158.247
Credores por antecipação do valor residual	6.113	25.472
Valor presente das operações de arrendamento	127.860	132.775
(-) Valor contábil das operações	150.840	141.377
Arrendamentos a receber - recursos internos	144.978	151.202
Rendas a apropriar de arrendamentos a receber	(144.599)	(148.399)
Valores residuais a realizar	7.500	27.896
Valores residuais a balancear	(7.500)	(27.896)
Bens arrendados	274.059	329.157
Depreciação acumulada de bens arrendados	(123.598)	(190.769)
(=) Superveniência / (Insuficiência) de Depreciação	(16.867)	16.870

c) Depreciação acumulada

	30.06.2017	30.06.2016
Depreciação acumulada de arrendamento mercantil	(123.598)	(190.769)
(-) Superveniência / (Insuficiência) de depreciação	(16.867)	16.870
(=) Depreciação Acumulada	(140.465)	(173.899)

15. INTANGÍVEL

a) Movimentação e Composição

	31.12.2016	1º Semestre/2017			30.06.2017			30.06.2016	
	Saldo contábil	Aquisição	Baixa	Amortização	Valor de custo	Amortização Acumulada	Imparidade e acumulada	Saldo contábil	Saldo Contábil
Software adquiridos	11.124	809	-	(2.409)	24.473	(14.949)	-	9.524	12.724
Licenças de uso	41.761	8.564	(96)	(8.503)	101.292	(59.566)	-	41.726	46.260
Acordos por direitos de comercialização	85	-	-	(85)	5.000	(5.000)	-	-	460
Softwares desenvolvidos internamente	53.349	31.338	-	(487)	111.920	(10.108)	(17.612)	84.200	36.109
Total	106.319	40.711	(96)	(11.484)	242.685	(89.623)	(17.612)	135.450	95.553

b) Estimativa de Amortização

	2017	2018	2019	2020	2021	A partir de 2022	Total
Valores a amortizar	24.594	34.003	31.441	15.681	13.130	16.601	135.450

16. DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

a) Depósitos

	30.06.2017	30.06.2016
Depósitos à Vista	66.894	76.489
Pessoas físicas	17.794	17.853
Pessoas jurídicas	49.084	58.596
Empresas ligadas	-	-
Vinculados	16	40
Depósitos Interfinanceiros	1.754.444	1.794.790
Depósitos a Prazo	8.433.180	1.837.066
Moeda nacional	7.803.036	1.752.099
Moeda estrangeira	630.144	84.967
Total	10.254.518	3.708.345
Passivo circulante	8.304.673	2.254.678
Passivo não circulante	1.949.845	1.453.667

b) Segregação de Depósitos por Prazo de Exigibilidade

	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos	30.06.2017	30.06.2016
Depósitos à vista	66.894	-	-	-	-	-	66.894	76.489
Depósitos interfinanceiros	-	209.699	198.837	67.013	1.278.895	-	1.754.444	1.794.790
Depósitos a prazo	-	2.464.965	5.364.278	586.690	13.155	4.092	8.433.180	1.837.066
Total	66.894	2.674.664	5.563.115	653.703	1.292.050	4.092	10.254.518	3.708.345

c) Captações no Mercado Aberto

	30.06.2017	30.06.2016
Carteira Própria	19.748.919	24.125.689
Títulos Privados – Debêntures ⁽¹⁾	8.578.565	16.211.066
Letras Financeiras do Tesouro	1.891.221	208.686
Letras do Tesouro Nacional	6.069.407	3.159.040
Notas do Tesouro Nacional	1.932.385	3.303.116
Títulos privados – Outros	1.277.341	1.243.781
Carteira de Terceiros	7.395.740	12.647.143
Letras do Tesouro Nacional	5.431.523	8.725.441
Letras Financeiras do Tesouro	1.104.086	3.499.544
Notas do Tesouro Nacional	860.131	422.158
Carteira de Livre Movimentação	3.872.183	1.296.815
Total	31.016.842	38.069.647
Passivo circulante	29.880.985	37.021.585
Passivo não circulante	1.135.857	1.048.062

⁽¹⁾ Inclui operações compromissadas com lastro em debêntures emitidas por empresas ligadas.

d) Despesas com Operações de Captação no Mercado

	1º Semestre/2017	1º Semestre/2016
Despesas de Captações com Depósitos	(368.817)	(252.578)
Depósitos a prazo	(249.531)	(120.743)
Depósitos interfinanceiros	(119.286)	(131.835)
Despesas de Captações no Mercado Aberto	(1.730.095)	(2.388.411)
Carteira própria	(971.820)	(1.596.999)
Carteira de terceiros	(622.162)	(689.439)
Carteira de livre movimentação	(136.113)	(101.973)
Despesas de Captação de Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(1.341.743)	(1.560.067)
Letras de Crédito Imobiliário – LCI	(29.779)	(23.523)
Letras de Crédito do Agronegócio – LCA	(112.839)	(185.397)
Letras financeiras	(1.283.285)	(1.249.226)
Emissão de títulos e valores mobiliários no exterior	89.597	(97.771)
Debêntures	-	(51)
Certificado de Operações Estruturadas	(106)	-
Outras	(5.331)	(4.099)
Despesas com Dívidas Subordinadas no Exterior	(258.956)	448.339
Total	(3.699.611)	(3.752.717)

17. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

a) Obrigações por Empréstimos

	Até 90 dias	de 91 a 360 dias	de 1 a 3 anos	30.06.2017	30.06.2016
No exterior	731.143	457.881	42.837	1.231.861	2.902.967
Tomados junto a banqueiros no exterior	709.275	454.649	42.837	1.206.761	2.830.749
Exportação	1.700	3.232	-	4.932	17.670
Importação	20.133	-	-	20.133	54.548
	35	-	-	35	-
Total	731.143	457.881	42.837	1.231.861	2.902.967
Passivo circulante				1.189.024	2.729.621
Passivo não circulante				42.837	173.346

b) Obrigações por Repasses

Do País – Instituições Oficiais

Programas	Remuneração a.a.	30.06.2017	30.06.2016
Tesouro Nacional		42.194	46.492
Pré-fixado	de 5,50% a 9,50% a.a.	42.093	46.400
Pós-fixado	Selic	101	92
BNDES		1.562.493	1.389.264
Pré-fixado	até 9,50% a.a.	326.768	472.168
Pós-fixado	de 7,02% a 10,01% a.a. + IPCA	1.195.535	861.752
	de 0,00% a 4,00% a.a. + TJLP		
	de 1,70% a 2,40% a.a. + Selic		
Com variação cambial	de 1,30% a 3,00% a.a. + variação cambial	40.190	55.344
FINAME		1.622.522	1.870.187
Pré-fixado	até 18,96% a.a.	1.462.960	1.791.336
Pós-fixado	de 0,50% a 5,50% a.a. + TJLP	157.398	78.178
	de 1,70% a 2,48% a.a. + SELIC		
Com variação cambial	de 1,70% a 2,00% a.a. + variação cambial	2.164	673
Total		3.227.209	3.305.943
Passivo circulante		693.125	740.516
Passivo não circulante		2.534.084	2.565.427

c) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses

	1º Semestre/2017	1º Semestre/2016
Resultado de Obrigações por Empréstimos	(71.781)	536.433
Resultado de Obrigações por Repasses	(103.905)	(88.747)
Tesouro Nacional	(2.994)	(3.071)
BNDES	(61.771)	(44.705)
FINAME	(39.140)	(40.971)
Resultado de Obrigações com Banqueiros no Exterior	27.708	136.311
Total ⁽¹⁾	(147.978)	583.997

⁽¹⁾ Inclui variação cambial sobre Empréstimos e Repasses no exterior.

18. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

CAPTAÇÕES	Moeda	Valor Emitido	Remuneração a.a.	Ano Captação	Ano Vencimento	30.06.2017	30.06.2016
Letras de Crédito Imobiliário						647.078	348.280
Pré-fixado	R\$	3.375	de 12,10% a 15,04% a.a.	2015	2021	4.245	15.446
Pós-fixado	R\$	586.619	de 89,50% a 97,00% do DI	2014	2021	633.784	324.722
Pós-fixado	R\$	7.592	de 4,42% a 6,07% a.a. + IPCA	2015	2021	9.049	8.112
Letras de Crédito do Agronegócio						2.016.596	2.630.166
Pré-fixado	R\$	40.164	de 12,03% a 15,95% a.a.	2015	2021	50.246	77.474
Pós-fixado	R\$	1.623.169	de 87,00% a 98,50% a.a. do DI	2009	2022	1.929.076	2.514.187
Pós-fixado	R\$	30.391	de 4,89% a 6,38% a.a. + IPCA	2015	2021	37.274	38.505
Letras Financeiras						20.431.659	14.796.609
Pré-fixado	R\$	335.129	de 9,22% a 18,01% a.a.	2012	2024	393.064	310.252
Pós-fixado	R\$	17.393.447	de 100,00% a 112,02% do DI	2011	2022	19.498.450	13.931.772
Pós-fixado	R\$	389.858	de 4,37% a 8,31% a.a. + IPCA	2012	2022	539.068	553.969
Pós-fixado	R\$	967	de 5,70% a 7,43% a.a. + IGPM	2016	2019	1.077	616
Obrigações por TVM no Exterior						949.731	1.500.705
Pré-fixado	R\$	38.756	de 8,60% a 19,09% a.a.	2012	2020	46.832	47.886
Pós-fixado	R\$	2.000	de 96,00% a 97,00% do DI	2016	2017	2.203	2.325
Com variação cambial	USD	326.867	até 6,60% a.a. + variação cambial	2012	2019	898.060	1.450.494
Com variação cambial	EUR	700	variação cambial	2016	2017	2.636	-
Certificados de Operações Estruturadas						9.085	-
Pré-fixado	R\$	8.978	de 8,98% a 10,64% a.a.	2017	2018	9.085	-
Total						24.054.149	19.275.760
Passivo circulante						8.937.911	10.465.349
Passivo não circulante						15.116.238	8.810.411

19. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e Previdenciárias

	30.06.2017	30.06.2016
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	6.866	531.944
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	22.019	185.876
Impostos e contribuições a recolher	58.548	73.215
Passivo fiscal diferido (Nota 23d)	236.191	114.963
Total	323.624	905.998
Passivo circulante	310.402	317.164
Passivo não circulante	13.222	588.834

b) Dívidas Subordinadas

Captações	Valor emitido	Remuneração a.a.	Ano captação	Ano Vencimento	30.06.2017	30.06.2016
Nota Subordinada					2.906.494	2.843.601
Com variação cambial	USD 808.048	7,38% a.a. + variação cambial	2013	2020	2.906.494	2.843.601
Letras Financeiras Subordinadas					1.423.222	2.607.468
Pré-fixado	13.788	de 11,72% a 12,65% a.a.	2017	2024	13.875	35.248
Pós-fixado	924.609	de 1,24% a 1,71% a.a. + CDI de 100,00% a 119,00% do DI	2011	2024	951.147	1.591.593
Pós-fixado	116.100	de 6,59% a 7,56% a.a. + IGPM	2011	2017	239.204	356.129
Pós-fixado	147.833	de 6,07% a 7,86% a.a. + IPCA	2011	2024	218.996	624.498
Total					4.329.716	5.451.069
Passivo circulante					989.990	1.544.236
Passivo não circulante					3.339.726	3.906.833

c) Instrumentos de dívidas elegíveis a capital

Captações	Valor emitido	Remuneração a.a.	Ano captação	Ano Vencimento	30.06.2017	30.06.2016
Letras Financeiras Subordinadas						
Pós-fixado	484.765	2,15% a 2,16% a.a. + CDI 100,00% a 120,00% do DI	2014	2023	675.168	573.828
Pós-fixado	290.832	7,31% a 9,31% a.a. + IPCA	2013	2030	424.774	353.935
Pré-fixado	73.810	14,21% a 17,98% a.a.	2015	2023	97.170	47.628
Pós-fixado	27.500	117,50% da SELIC	2016	2023	32.683	-
Total					1.229.795	975.391
Passivo não circulante					1.229.795	975.391

d) Diversas

	30.06.2017	30.06.2016
Obrigações de operações vinculadas a cessões (nota 8k) ⁽¹⁾	10.446.573	15.689.569
Obrigações por aquisição de bens e direitos	8.066	2
Provisão para pagamentos a efetuar	500.342	507.521
Provisões para demandas cíveis (Nota 26e1)	319.249	335.604
Provisões para demandas trabalhistas (Nota 26e1)	931.888	917.197
Valores a pagar sociedades ligadas	133	7
Credores diversos – no exterior	12.818	5.010
Provisão para perdas – Fianças não honradas	-	67.546
Provisão para perdas – Outros riscos	26.713	235.127
Provisão para demandas Fiscais (Nota 26e1) ⁽²⁾	75.216	59.197
Provisão para reestruturações	81.455	-
Provisão para garantias financeiras prestadas	281.131	-
Credores diversos – no País	135.355	323.993
Operações com cartão de crédito	987.159	787.469
Outras	22	21
Total	13.806.120	18.928.263
Passivo circulante	8.480.808	10.374.940
Passivo não circulante	5.325.312	8.553.323

⁽¹⁾ Refere-se a obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros com retenção substancial de riscos e benefícios, realizadas a partir de 01 de janeiro de 2012, conforme regulamentação vigente.

⁽²⁾ Inclui obrigações legais.

20. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

a) Receitas de Prestação de Serviços

	1º Semestre/2017	1º Semestre/2016
Administração de recursos de terceiros	57.860	57.853
Cobrança	550	1.088
Comissões sobre colocação de títulos	34.202	29.296
Corretagens de operações em Bolsa	8.866	9.543
Rendas de serviços de custódia	2.906	2.021
Rendas de garantias prestadas	59.594	64.862
Transações de cartão de crédito	46.089	37.479
Comissão de corretagem de seguros	11.177	6.283
Assessoria financeira	22.291	10.368
Outros Serviços	4.755	16.061
Total	248.290	234.854

b) Rendas de tarifas bancárias

	1º Semestre/2017	1º Semestre/2016
Confecção de cadastro	186.027	144.963
Transferência de recursos	163	197
Avaliação de bens	127.381	94.931
Rendas de cartão de crédito	52.658	43.706
Outras	988	797
Total	367.217	284.594

c) Despesas de Pessoal

	1º Semestre/2017	1º Semestre/2016
Honorários e Pró labore (Nota 24)	(7.315)	(9.688)
Benefícios	(60.597)	(61.831)
Encargos sociais	(116.795)	(95.001)
Proventos	(242.901)	(261.836)
Demandas trabalhistas	(94.516)	(166.576)
Treinamentos	(1.732)	(1.195)
Total	(523.856)	(596.127)

d) Outras Despesas Administrativas

	1º Semestre/2017	1º Semestre/2016
Água, energia e gás	(2.567)	(3.577)
Aluguéis	(29.417)	(34.043)
Comunicações	(34.024)	(35.553)
Manutenção e conservação de bens	(7.485)	(7.380)
Material	(1.470)	(1.553)
Processamento de dados	(100.719)	(93.240)
Promoções e relações públicas	(3.039)	(2.692)
Propaganda e publicidade	(8.427)	(1.924)
Publicações	(654)	(904)
Seguros	(1.560)	(1.199)
Serviços do sistema financeiro	(48.318)	(50.472)
Serviços de terceiros	(4.494)	(3.763)
Serviços de vigilância e segurança	(1.676)	(963)
Serviços técnicos especializados	(172.721)	(184.526)
Transportes	(7.198)	(6.007)
Viagens	(3.749)	(4.216)
Emolumentos judiciais e cartorários	(45.338)	(54.243)
Amortização	(11.484)	(18.753)
Depreciação	(13.458)	(20.288)
Outras	(33.990)	(36.391)
Total	(531.788)	(561.687)

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis Consolidadas - Conglomerado Prudencial
Semestre findo em 30 de junho de 2017
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

e) Outras Receitas Operacionais

	1º Semestre/2017	1º Semestre/2016
Recuperação de encargos e despesas	769	1.082
Atualização de depósitos em garantia	19.012	50.945
Variação monetária ativa	4.195	4.776
Reversão de provisão para perdas – Outros riscos	20.312	23.183
Reversão de provisão para remuneração variável	-	270
Multas contratuais compensatórias	18.429	18.017
Outras	21.267	25.500
Total	83.984	123.773

f) Outras Despesas Operacionais

	1º Semestre/2017	1º Semestre/2016
Custos associados à produção - Parceiros comerciais ⁽¹⁾	(300.700)	(255.307)
Custos associados à produção – Outras despesas	(9.987)	(15.699)
Demandas fiscais	(7.391)	(421)
Demandas cíveis	(128.452)	(138.620)
Provisão para perdas - Fianças não honradas	-	(2.841)
Despesas de Juros (adesão REFIS)	(1.313)	(23.137)
Despesas de provisões passivas - Garantias financeiras prestadas	(15.714)	-
Outras	(47.261)	(43.787)
Total	(510.818)	(479.812)

⁽¹⁾ Referem-se principalmente às comissões sobre financiamentos originados pelos parceiros e acordos comerciais com lojistas.

21. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	1º Semestre/2017	1º Semestre/2016
Receitas não operacionais	8.268	25.532
Lucro na alienação de valores e bens	-	7.530
Rendas de aluguéis	433	1.690
Reversão de provisão para desvalorização de outros valores e bens	3.000	-
Reversão de provisão para perdas com incentivos fiscais	1.390	-
Outras receitas não operacionais	3.445	16.312
Despesas não operacionais	(25.200)	(20.029)
Prejuízo na alienação de valores e bens	(18.499)	-
Perdas de investimentos por incentivos fiscais	-	(1.743)
Perdas de Capital	(3.435)	(39)
Desvalorização de outros valores e bens	-	(17.653)
Outras despesas não operacionais	(3.266)	(594)
Total	(16.932)	5.503

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social do Banco Votorantim S.A., totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 8.130.372 (R\$ 7.826.980 em 30 de junho de 2016) está representado por 105.391.472.816 ações, sendo 86.229.386.840 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal e 19.162.085.976 ações preferenciais nominativas e sem valor nominal.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de abril de 2016, foi deliberado e aprovado o aumento do Capital Social mediante a incorporação da reserva especial de lucros no valor de R\$ 343.226, sem a emissão de novas ações, homologado pelo Banco Central do Brasil em 12 de maio de 2016.

Conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de abril de 2017, foi deliberado e aprovado o aumento do Capital Social mediante a incorporação da reserva especial de lucros no valor de R\$ 303.392, sem a emissão de novas ações, homologado pelo Banco Central do Brasil em 26 de maio de 2017.

b) Reserva de capital

A Reserva de capital está constituída por ágio na subscrição de ações, no montante de R\$ 372.120.

c) Reserva de lucros

Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do Lucro Líquido do período, até atingir o limite de 20% do Capital Social. A Reserva legal poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das Reservas de Capital exceder 30% do Capital Social. A Reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de Capital ou para compensar prejuízos.

Reserva especial de lucros

A Administração poderá propor que a parcela do lucro não distribuído, caso exista, seja destinada para “Reserva especial de lucros”, o qual ficará à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral.

d) Ajustes de Avaliação Patrimonial

	1º Semestre/2017				1º Semestre/2016			
	Saldo inicial	Movimentação	Efeito tributário ⁽²⁾	Saldo final	Saldo inicial	Movimentação	Efeito tributário	Saldo final
Títulos Disponíveis para venda	(132.487)	(124.370)	55.967	(200.890)	(631.644)	687.358	(204.924)	(149.210)
Banco Votorantim ⁽¹⁾	(142.042)	(143.508)	64.579	(220.971)	(561.705)	578.433	(155.908)	(139.180)
Controladas	9.555	19.138	(8.612)	20.081	(69.939)	108.925	(49.016)	(10.030)
Hedge de Fluxo de Caixa	(14.614)	(9.682)	4.357	(19.939)	-	(20.163)	9.073	(11.090)
Banco Votorantim	(14.614)	(9.682)	4.357	(19.939)	-	(20.163)	9.073	(11.090)
Total	(147.101)	(134.052)	60.324	(220.829)	(631.644)	667.195	(195.851)	(160.300)

⁽¹⁾ Inclui agência no exterior.

⁽²⁾ A partir do quarto trimestre de 2016, os efeitos fiscais de títulos disponíveis para venda da agência no exterior passaram a ser reconhecidos.

e) Lucros acumulados

Em 28 de Julho de 2016 foi emitida a Resolução CMN Nº 4.512 que dispõe sobre procedimentos contábeis aplicáveis na avaliação e no registro de provisão passiva para garantias financeiras prestadas. A norma requer a constituição de provisão para cobertura das perdas associadas às garantias financeiras prestadas sob qualquer forma. Os efeitos dos ajustes decorrentes da aplicação inicial dessa Resolução foram registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários em 01 de Janeiro de 2017 no montante de R\$ 116.551.

23. TRIBUTOS

a) Demonstração da Despesa de IR e CSLL

	1º Semestre/2017	1º Semestre/2016
Valores correntes	(21.238)	(177.783)
IR e CSLL no País – Corrente	(22.019)	(185.875)
IR e CSLL no País – Exercícios anteriores	781	8.092
Valores Diferidos	(95.514)	(233.114)
Passivo fiscal diferido	(75.871)	143.712
Marcação a mercado	(75.871)	132.750
Superveniência de depreciação	-	10.962
Ativo fiscal diferido	(19.643)	(376.826)
Prejuízos fiscais/bases negativas de CSLL	(18.521)	97.571
Diferenças temporárias	(88.161)	(238.883)
Marcação a mercado	87.039	(235.514)
Total	(116.752)	(410.897)

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis Consolidadas - Conglomerado Prudencial
Semestre findo em 30 de junho de 2017
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Conciliação dos Encargos de IR e CSLL

	1º Semestre/2017	1º Semestre/2016
Resultado antes dos tributos e participações	444.191	688.311
Encargo total do IR (25%) e CSLL (15% até agosto/2015 e 20% a partir de setembro/2015)	(199.885)	(309.740)
Encargos sobre JCP	-	-
Resultado de participação em controladas	45.337	40.428
Participação de empregados no lucro	43.441	37.352
Outros Valores	(5.645)	(178.937)
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	(116.752)	(410.897)

c) Despesas Tributárias

	1º Semestre/2017	1º Semestre/2016
Cofins	(125.758)	(146.765)
ISSQN	(25.532)	(23.702)
PIS	(20.422)	(23.928)
Outras	(5.948)	(9.892)
Total	(177.660)	(204.287)

d) Passivo Fiscal Diferido

	30.06.2017	30.06.2016
Decorrentes de superveniência de depreciação de operações de arrendamento mercantil	-	4.218
Marcação a mercado	236.191	110.745
Total das Obrigações Fiscais Diferidas	236.191	114.963
Imposto de Renda	131.217	65.743
Contribuição Social	104.974	49.220

e) Ativo Fiscal Diferido (Crédito Tributário - Ativado)

	31.12.2016	1º Semestre/2017		30.06.2017	
		Saldo	Movimentação no Período		
			Constituição		Baixa
Diferenças temporárias	6.467.481	860.649	(723.746)	6.604.384	
Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa ⁽³⁾	4.348.827	534.690	(543.571)	4.339.946	
Provisões Passivas	1.465.737	109.957	(110.899)	1.464.795	
Marcação a mercado ⁽²⁾	624.599	216.001	(68.640)	771.960	
Outras provisões	28.318	-	(636)	27.682	
Prejuízo fiscal/Base negativa de CSLL	1.063.189	1.555	(20.076)	1.044.668	
Total dos Créditos Tributários Ativados	7.530.670	862.204	(743.822)	7.649.051	
Imposto de Renda	4.661.591	493.099	(413.378)	4.741.312	
Contribuição Social	2.869.079	369.104	(330.444)	2.907.739	

⁽¹⁾ No semestre findo em 30 de junho de 2017, a parcela de R\$ 182.230, (do total de R\$ 771.960) no Consolidado, corresponde ao crédito tributário decorrente de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda, registrado em conta de Patrimônio Líquido.

⁽²⁾ Os valores correspondentes à movimentação do crédito tributário decorrente dos ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, registrados em conta de Patrimônio Líquido, no primeiro semestre de 2017, são de R\$ 60.323 do total de R\$ 147.361 no Consolidado.

⁽³⁾ No Semestre findo em 30 de junho de 2017, foi constituído um crédito tributário, referente a provisão para perdas com fianças, no valor de R\$ 77.702, registrado em conta de Patrimônio Líquido (conforme Resolução Bacen Nº 4.512, de 28 de julho de 2016).

f) Ativo Fiscal Diferido (Crédito Tributário – Não Ativado)

	30.06.2017	30.06.2016
Crédito Tributário no exterior	13.156	16.281
Total dos Créditos Tributários não Ativados	13.156	16.281
Imposto de Renda	8.222	9.045
Contribuição Social	4.934	7.236

Em 30 de junho de 2017, o saldo no Consolidado não constituído de crédito tributário foi de R\$ 13.156 (R\$ 16.281 em 30 de junho de 2016), o qual será registrado quando atender aos aspectos regulatórios e apresentar efetiva perspectiva de realização.

Expectativa de Realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado no 1º semestre de 2017.

	Valor nominal	Valor presente
Em 2017	1.780.747	1.738.824
Em 2018	1.497.016	1.388.174
Em 2019	926.191	812.090
Em 2020	899.197	743.637
Em 2021	866.910	675.142
A partir de 2022	1.678.990	1.027.893
Total de Créditos Tributários	7.649.051	6.385.760

Realização dos valores nominais de créditos tributários ativados

	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar ⁽¹⁾	Diferenças Intertemporais ⁽²⁾
Em 2017	1%	27%
Em 2018	7%	22%
Em 2019	16%	12%
Em 2020	11%	12%
Em 2021	8%	12%
A partir de 2022	57%	15%

⁽¹⁾ Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes.

⁽²⁾ A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações).

24. PARTES RELACIONADAS

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao Pessoal Chave da Administração do Banco Votorantim, formado pela Diretoria, Comitê de Auditoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal:

	1º Semestre/2017	1º Semestre/2016
Honorários e Pró labore	7.315	9.688
Gratificações	40.466	30.125
Encargos sociais	14.371	11.580
Total	62.152	51.393

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao Pessoal Chave da Administração.

O Banco não concede empréstimos ao Pessoal Chave da Administração, em conformidade com a proibição a toda instituição financeira estabelecida pela legislação vigente.

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banco são eliminados nas Demonstrações Contábeis Consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco. Em relação aos acionistas controladores, estão incluídas as transações com o Conglomerado Financeiro Banco do Brasil e com a Votorantim S.A. (dentre as principais empresas destacam-se: Votorantim Finanças, Votorantim Cimentos, Votorantim Metais, Votorantim Siderurgia, Votorantim Energia, Fibria e Citrosuco).

O Conglomerado realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, instrumentos financeiros derivativos e cessão de carteiras de operações de crédito. Há também contratos de prestação de serviços.

Tais transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros quando aplicável, vigentes nas datas das operações. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis Consolidadas - Conglomerado Prudencial
Semestre findo em 30 de junho de 2017
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

No semestre findo em 30 de junho de 2017, o Conglomerado, por meio de sua controlada BV Financeira, realizou cessões de crédito com retenção substancial de risco com parte relacionada. A soma dos valores presentes totalizou R\$ 829.223 (R\$ 4.729.022 em 30 de junho de 2016). O resultado líquido das cessões de crédito, considerando as rendas e despesas das cessões com retenção substancial de riscos e benefícios está apresentado no quadro a seguir em “Rendas com juros, prestação de serviços e outras rendas”.

	30.06.2017						
	Conglomerado Banco do Brasil	Conglomerado Votorantim	Controladas financeiras ⁽¹⁾	Controladas não financeiras ⁽²⁾	Pessoal chave da Administração ⁽³⁾	Fundos de Investimentos ⁽⁴⁾	Total
Ativos							
Disponibilidades	2.144	-	-	-	-	-	2.144
Aplicações Interfinanceiras de liquidez	189.999	-	23.247.744	-	-	575.638	24.013.381
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	222	8.646.915	-	-	1.726.332	10.373.469
Outros ativos	205.782	6.073	15.755	-	254	320	228.184
Passivos							
Depósitos à vista	(231)	(869)	(956)	(285)	(6)	(3)	(2.350)
Depósitos a prazo	(198.919)	(477.698)	(3.351)	(386.531)	(878)	-	(1.067.377)
Depósitos interfinanceiros	-	-	(415.556)	-	-	-	(415.556)
Captações no mercado aberto	(268.768)	(228.823)	(7.211.114)	-	(524)	-	(7.709.229)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	(373.559)	-	-	(11.251)	-	(384.810)
Obrigações por empréstimos e repasses	(232.400)	-	-	-	-	-	(232.400)
Instrumentos financeiros derivativos	(30.046)	(3.247)	-	-	-	(230.617)	(263.910)
Outros passivos	(10.589.085)	-	(18.603)	-	-	-	(10.607.688)
1º Semestre/2017							
Resultado							
Rendas de juros, prestação de serviços e outras receitas	515.209	-	2.075.415	17.012	-	98.276	2.705.912
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(4.814)	(6.458)	-	-	-	12.636	1.364
Despesas com captação, administrativas e outras despesas	(7.729)	(145.100)	(704.344)	-	(2.061)	-	(859.234)

	30.06.2016						
	Conglomerado Banco do Brasil	Conglomerado Votorantim	Controladas financeiras ⁽¹⁾	Controladas não financeiras ⁽²⁾	Pessoal chave da Administração ⁽³⁾	Fundos de Investimentos ⁽⁴⁾	Total
Ativos							
Disponibilidades	3.975	-	-	-	-	-	3.975
Aplicações Interfinanceiras de liquidez	3.848.993	-	19.835.739	-	-	-	23.684.732
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	371	20.318.256	-	-	1.113.725	21.432.352
Outros ativos	21.445	5.582	23.909	-	255	271	51.462
Passivos							
Depósitos à vista	(252)	(1.079)	(4.456)	(580)	(26)	-	(6.393)
Depósitos a prazo	(660)	(12.307)	(6.346)	(169.095)	(348)	-	(188.756)
Depósitos interfinanceiros	-	-	(9.490.106)	-	-	-	(9.490.106)
Captações no mercado aberto	(245.902)	(1.271.558)	(7.892.725)	-	(3.281)	-	(9.413.466)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(54.110)	(377.243)	-	-	(9.235)	-	(440.588)
Obrigações por empréstimos e repasses	(412.300)	-	-	-	-	-	(412.300)
Instrumentos financeiros derivativos	(22.462)	(14.849)	-	-	-	-	(37.311)
Outros passivos	(15.818.001)	-	(450)	-	-	-	(15.818.451)
1º Semestre/2016							
Resultado							
Rendas de juros, prestação de serviços e outras receitas	707.105	8.543	2.734.625	-	-	-	3.450.273
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	1.067	(1.943)	(263.648)	-	2	27.410	(237.112)
Despesas com captação, administrativas e outras despesas	(40.045)	(101.090)	(612.259)	(13.996)	(1.102)	-	(768.492)

⁽¹⁾ Empresas relacionadas na Nota Explicativa nº2 identificadas no item (1). Não inclui operações entre as controladas financeiras.

⁽²⁾ Inclui a Promotiva S.A (atual denominação da BV Promotora S.A.), BVIA – BV Investimentos e Participações de Gestão de Recursos S.A. e Votorantim Corretora de Seguros S.A.

⁽³⁾ Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria, Conselho Fiscal e membros da família (cônjuge, filhos e enteados) do pessoal chave, bem como todas as empresas em que o pessoal chave possui participação.

⁽⁴⁾ Em 2017 inclui BVIA FIP e Votorantim Expertise Multimercado; e em 2016 inclui BVIA FIP.

25. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Não existem benefícios pós-emprego, tais como: pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida e assistência médica pós-emprego, outros benefícios de longo prazo a empregados, incluindo licença por anos de serviço ou outras licenças, jubileu ou outros benefícios por anos de serviço, remuneração baseada em ações e benefícios de rescisão de contrato de trabalho, com exceção dos previstos em acordo coletivo da categoria.

Programa de remuneração variável

O Conglomerado implementou no primeiro semestre de 2013 o Programa de Remuneração de Curto Prazo e Longo Prazo. Os elegíveis ao programa eram os diretores e empregados do Conglomerado. Esse programa foi aprovado pelo Conselho de Administração em 10 de maio de 2012 e válido até 2016.

Este programa era baseado em 3 planos de incentivos de longo prazo que tinham como objetivo (i) atração, motivação e retenção de talentos; (ii) alinhamento dos interesses dos diretores e empregados aos objetivos e interesses dos acionistas; (iii) geração de resultados e criação sustentável de valor; e (iv) criação de uma visão de longo prazo:

a) Incentivo Variável Condicionado: plano com duração de no mínimo 1 ano e no máximo 3 anos, que consiste na concessão de um incentivo em espécie condicionado à performance de cada ano. Foram elegíveis ao plano todos os empregados do Conglomerado.

b) Incentivo de Longo Prazo: plano com duração de 4 anos, que consiste na concessão de Unidades de Investimentos (denominadas “ações virtuais”) do Conglomerado baseado na performance de cada ano. Foram elegíveis ao plano os diretores e os empregados de nível executivo.

c) Programa de Compra de Ações Virtuais: plano com duração de 4 anos, onde todos os diretores e empregados tinham a oportunidade de investir parte ou totalidade da remuneração variável disponível em Unidades de Investimentos (denominadas “ações virtuais”) do Conglomerado e, em contrapartida, a Companhia entrega de forma progressiva Unidades de Investimentos adicionais.

Em 09 de março de 2017 foi aprovado pelo Conselho de Administração um novo Programa de Remuneração de Curto Prazo e Longo Prazo, válido a partir de 2017.

O programa possui um plano de incentivo de longo prazo que tem como objetivos (i) atração, motivação e retenção de talentos; (ii) alinhamento dos interesses dos diretores e empregados aos objetivos e interesses dos acionistas; (iii) geração de resultados e criação sustentável de valor; e (iv) criação de uma visão de longo prazo, onde:

- Incentivo de Longo Prazo, consiste na concessão de Unidades de Investimentos (denominadas “ações virtuais”) da Companhia baseado na performance de cada ano. Este plano tem a duração de quatro anos.

Neste programa são elegíveis os diretores e empregados do Conglomerado.

No semestre findo em 30 de junho de 2017 foram reconhecidos no resultado, em Despesas de Pessoal – Proventos R\$ 66.806 (R\$ 96.156 no semestre findo em 30 de junho de 2016) em relação às transações de incentivos de longo prazo. Essa despesa decorre de acordos celebrados com alguns colaboradores do Conglomerado, em conformidade com a política de remuneração. Os incentivos geralmente tornam-se de direito entre 1 e no máximo 4 anos contados da data da concessão, cuja liquidação ocorre em espécie.

No consolidado, no semestre findo em 30 de junho de 2017, ocorreram pagamentos no valor de R\$ 192.451, sendo R\$ 40.382 referente ao Programa de Remuneração de Longo Prazo de 2012, R\$ 65.979 referente ao Programa de Remuneração de Longo Prazo de 2013, R\$ 76.539 referente ao Programa de Remuneração de Longo Prazo de 2014, R\$ 9.501 referente ao Programa de Remuneração de Longo Prazo de 2015 e R\$ 50 referente ao Programa de Remuneração de Longo Prazo de 2016.

Em 30 de junho de 2017, o Conglomerado registrou na rubrica de Outras obrigações – Diversas - Provisão para pagamentos a efetuar o montante de R\$ 274.676 (R\$ 278.697 em 30 de junho de 2016).

O valor da ação virtual é calculado, no mínimo, trimestralmente com base nos resultados do Conglomerado e dos registros efetuados diretamente em contas do Patrimônio líquido seguindo premissas contábeis vigentes. No valor do referido Patrimônio líquido as movimentações não recorrentes são avaliadas individualmente e submetidas ao Comitê de Remuneração para deliberação quanto à sua exclusão ou não do cálculo do Patrimônio base para a valorização da ação virtual.

Movimentação de ações virtuais

	1º Semestre/2017	1º Semestre/2016
Quantidade inicial	78.561.466	65.642.106
Novos / Atualizações	19.163.139	21.166.091
Pagos	(43.741.331)	(27.583.094)
Canceladas	(1.213.219)	(1.646.608)
Quantidade final	52.770.055	57.578.495

O valor inicial das ações virtuais concedidas é calculado sobre o Patrimônio Líquido ao final de cada exercício social, onde é atribuído o valor nominal de R\$ 1,00 (um real) para cada unidade de ação virtual.

26. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos Contingentes

Não foram reconhecidos ativos contingentes nas Demonstrações Contábeis, que se enquadrem no disposto da Resolução CMN nº 3.823/2009.

b) Ações Trabalhistas

O Conglomerado é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas movidos, na grande maioria, por ex-empregados. As provisões de perdas prováveis representam vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

c) Ações Fiscais

O Conglomerado está sujeito, em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias, a questionamentos com relação a tributos, que podem eventualmente gerar autuações, como por exemplo: composição da base de cálculo do IRPJ/CSLL (dedutibilidade); e discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos econômicos. A maioria das ações oriundas das autuações versa sobre ISS, IRPJ, CSLL, PIS/Cofins e Contribuições Previdenciárias Patronais. Como garantia de algumas delas, quando necessário, existem depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão.

d) Ações de Natureza Cível

Referem-se, basicamente, a ações indenizatórias cujas naturezas são: contestação do custo efetivo total dos contratos pactuados; revisão das condições e encargos contratuais; e tarifas.

e) Provisões para Demandas Trabalhistas, Fiscais e Cíveis – Prováveis

O Conglomerado constitui provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis com risco de perda provável, quantificada utilizando metodologia individualizada (contempla os processos com probabilidade de êxito do autor igual a remoto, possível ou provável) ou massificada, de acordo com a natureza e/ou valor do processo.

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis Consolidadas - Conglomerado Prudencial
Semestre findo em 30 de junho de 2017
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações, pelo julgamento da Administração do Conglomerado, por meio da opinião dos assessores jurídicos com base nos elementos do processo, complementadas pela complexidade e pela experiência de demandas semelhantes.

A Administração do Conglomerado considera ser suficiente à provisão constituída para atendimento às perdas decorrentes de demandas trabalhistas, fiscais e cíveis.

e.1) Movimentações nas provisões para demandas fiscais, cíveis, trabalhistas classificadas como prováveis

	1º Semestre/2017	1º Semestre/2016
Demandas fiscais		
Saldo inicial	52.812	45.724
Constituições	4.723	1.992
Reversão da provisão	(1.599)	(4.361)
Baixa por pagamento	(88)	(1.689)
Atualizações	858	5.108
Saldo final	56.706	46.774
Demandas cíveis		
Saldo inicial	302.241	300.598
Constituições	53.350	70.368
Reversão da provisão	(38.842)	(37.464)
Baixa por pagamento	(32.732)	(47.258)
Atualizações	35.232	49.360
Saldo final	319.249	335.604
Demandas trabalhistas		
Saldo inicial	887.345	909.712
Constituições	84.655	206.284
Reversão da provisão	(38.318)	(109.122)
Baixa por pagamento	(33.518)	(128.026)
Atualizações	31.724	38.349
Saldo final⁽¹⁾	931.888	917.197
Total das Demandas Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	1.307.843	1.299.575

⁽¹⁾ A partir de Agosto de 2016 foram aperfeiçoados os critérios de mensuração com a implantação de um modelo estatístico para o cálculo de provisão para as ações que possuem perfis e padrões homogêneos ou similares, as quais passaram a ser avaliadas de forma massificada.

e.2) Cronograma esperado de desembolsos em 30 de junho de 2017

	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis
Até 5 anos	931.888	47.128	319.249
De 5 a 10 anos	-	9.578	-
Total	931.888	56.706	319.249

O cenário de incerteza de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas.

f) Passivos Contingentes – Possíveis

Os montantes evidenciados no quadro abaixo representam a estimativa do valor que possivelmente será desembolsado em caso de condenação do Banco. As demandas são classificadas como possível quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota.

Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

	30.06.2017	30.06.2016
Demandas Fiscais ⁽¹⁾	1.053.430	1.023.227
Demandas Cíveis ⁽²⁾	62.095	44.637
Demandas Trabalhistas ⁽³⁾	201.798	399.355
Total	1.317.323	1.467.219

⁽¹⁾ No consolidado, referem-se basicamente: a) INSS sobre PLR R\$ 142.267 (R\$ 69.097 em 30 de junho de 2016); b) IRPJ destinação ao FINOR R\$ 61.205 (R\$ 90.240 em 30 de junho de 2016); c) ISS R\$ 11.581 (R\$ 10.587 em 30 de junho de 2016); d) INSS sobre Participações nos Lucros e Resultados - Nassau Branch R\$ 42.836 (R\$ 39.755 em 30 de junho de 2016); e) PIS / COFINS sobre desmutualização R\$ 39.886 (R\$ 37.470 em 30 de junho de 2016); f) IRPJ/CS sobre compensação indevida de prejuízo fiscal - Gratificações a diretores estatutários R\$ 29.025 (R\$ 27.377 em 30 de junho de 2016); g) IRPJ/CSLL - Dedução PDD 2008 R\$ 106.908 (R\$ 101.788 em 30 de junho de 2016); h) Multa de Infração (não homologação de DCOMP) R\$ 81.551 (R\$ 135.199 em 30 de junho de 2016); i) CSLL - Auto de Infração: Exclusão Indevida na base de cálculo da CSLL de Juros de Títulos de Governos Estrangeiros (Dinamarca, Espanha e Áustria) dos anos de 2009 e 2010, no valor total de contribuição de R\$ 142.954 (R\$ 130.058 em 30 de junho de 2016); j) IRPJ/CSLL - Auto de Infração: Exclusão indevida de ágio na aquisição de Títulos de Governos Estrangeiros (ano de 2010) no valor total de R\$ 12.102 de IRPJ e R\$ 10.373 de CSLL (R\$ 11.312 e R\$ 9.696, respectivamente, em 30 de junho de 2016); k) PerDcomp: impossibilidade de utilização de IRRF exterior s/ remessas exterior como saldo negativo de IRPJ, no valor de R\$ 33.753 (R\$ 30.489 em 30 de junho de 2016); l) Gratificações pagas a administradores (2011 e 2012): impossibilidade de dedução na base de cálculo da CSLL - mudança de prognóstico para remoto de acordo com IN 1700/17; m) Prejuízo Fiscal e Base Negativa CSLL: excesso compensação (2012), no valor de R\$ 17.449 de IRPJ e R\$ 47.119 de CSLL; n) IRPJ/CSLL sobre JPC distribuído acumuladamente, no valor de R\$ 130.897 (mudança no prognóstico de perda de "remoto" para "possível" em virtude de entendimento jurisprudencial).

⁽²⁾ Referem-se, basicamente, às ações de cobrança.

⁽³⁾ Referem-se a processos movidos, na grande maioria, por ex-empregados, cuja natureza das reclamações envolve indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros. A partir de Agosto de 2016 foram aperfeiçoados os critérios de mensuração com a implantação de um modelo estatístico para o cálculo de provisão para as ações que possuem perfis e padrões homogêneos ou similares, as quais passaram a ser avaliadas de forma massificada. O montante de passivos contingentes classificados como possíveis divulgado em 30 de junho de 2016 no Banco de R\$ 387.203 e no consolidado de R\$ 944.910 foram reapresentados, com objetivo de demonstrar para ambos os períodos a apuração do risco de perda possível à luz do novo modelo de cálculo de provisão implementado, para fins de comparabilidade.

g) Depósitos em Garantia de Recursos

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

	30.06.2017	30.06.2016
Demandas Fiscais	70.543	710.744
Demandas Cíveis	206.953	241.741
Demandas Trabalhistas	298.440	281.778
Total	575.936	1.234.263

h) Obrigações Legais

O Consolidado mantém registrado em contas específicas de Obrigação Legal o montante de R\$ 18.510 (R\$ 12.423 em 30 de junho de 2016) relativo às seguintes ações:

h.1) PIS LC 07/70 – BV Financeira S.A. CFI

A BV Financeira S.A. - CFI impetrou Mandado de Segurança visando o reconhecimento ao direito líquido e certo de recolher a contribuição para o PIS na forma do disposto na Lei Complementar nº 7/70, no período compreendido entre 01.07.1997 até 90 dias após a publicação da Emenda Constitucional nº 17/97. Ademais, requereu-se que, para o período posterior (de março/1998 a dezembro/1999), referida contribuição fosse recolhida sobre a receita bruta operacional.

Atualmente, o Mandado de Segurança está suspenso no Tribunal Regional Federal da 3ª Região, aguardando o STF proferir decisão em recurso representativo de controvérsia, decisão esta que deverá ser replicada em todos os casos que versem sobre a mesma matéria e que estejam pendentes de julgamento perante o Poder Judiciário.

Para referido processo temos a provisão de R\$ 723 (R\$ 697 em 30 de junho de 2016) registrados na rubrica Outras obrigações – Fiscais e previdenciárias – Obrigações Legais.

h.2) ISS Sobre Garantias Prestadas – Banco Votorantim S.A.

O Banco Votorantim ajuizou Ação Declaratória de Inexistência de Relação Jurídico-Tributária cumulada com Repetição de Indébito, na qual se visa afastar a incidência do ISS sobre receitas oriundas de operações de aval, fiança e outras garantias prestadas, bem como obter a restituição dos valores pagos a tal título nos últimos cinco anos.

Como o pedido de tutela antecipada foi indeferido pelo juiz de primeiro grau, o Banco passou a realizar mensalmente o depósito judicial dos valores discutidos, com vistas a suspender a exigibilidade do crédito tributário. Atualmente, aguarda-se a prolação de Sentença.

Para referido processo temos a provisão de R\$ 13.795 (R\$ 8.820 em 30 de junho de 2016) registrados na rubrica Outras obrigações – Fiscais e previdenciárias – Obrigações Legais.

h.3) Fator Acidentário de Proteção – FAP – Banco Votorantim S.A., BV Financeira S.A. CFI

Foram ajuizadas Ações Declaratórias visando à declaração da inexistência de relação jurídico-tributária que obrigue a autora à apuração e ao recolhimento da contribuição ao Seguro contra Acidentes de Trabalho – SAT mediante aplicação do Fator Acidentário de Proteção – FAP, a partir de janeiro de 2010.

Como o pedido de tutela antecipada foi indeferido pelo juiz de primeiro grau, o Banco e a BV Financeira realizaram depósitos judiciais dos valores discutidos para o ano de 2010, com vistas a suspender a exigibilidade do crédito tributário. Posteriormente, o valor passou a ser regularmente recolhido.

Quanto às ações do Banco Votorantim e da CP Promotora, houve sentença julgando improcedente o pedido, bem como, no primeiro caso, extinguindo o processo sem resolução do mérito com relação ao INSS, tendo em vista sua ilegitimidade passiva. Em face das referidas decisões foram interpostos Embargos de Declaração, tendo somente o recurso do Banco sido acolhido apenas para sanar omissão quanto a alegação pontual da União, mantendo-se, contudo, o decreto de improcedência do pedido. Dessa forma, interpuseram-se Recursos de Apelação com o fim de reformar integralmente as Sentenças de primeiro grau, os quais foram recebidos em seu duplo efeito. Atualmente, aguarda-se o julgamento das Apelações interpostas.

Com relação à ação da BV Financeira, após a distribuição da ação, houve sentença que julgou procedente o pedido, concedendo também a tutela antecipada. Entretanto, em que pese a decisão favorável, foi interposto Recurso de Apelação pela Autora para que a matéria fosse apreciada também pelo TRF3, já que o juiz de primeiro grau não apreciou a matéria fático-probatória. Trata-se, portanto, de recurso meramente preventivo, para o caso de o argumento da inconstitucionalidade do FAP ser afastado pelo Tribunal. Atualmente, aguarda-se o julgamento das Apelações interpostas.

Para os referidos processos temos a provisão de R\$ 3.134 no Consolidado (R\$ 2.906 em 30 de junho de 2016) registrados na rubrica Outras obrigações – Fiscais e previdenciárias – Obrigações Legais.

h.4) Dedução do ISS na Base de Cálculo do PIS e da COFINS – Banco Votorantim S.A., BV Financeira S.A. CFI, Votorantim Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda, Votorantim Asset Management DTVM Ltda, BV Leasing S.A. e Votorantim Corretora de Seguros S.A.

Em 14.03.2017, foram impetrados pelas empresas do conglomerado financeiro Mandados de Segurança visando ao reconhecimento do direito de não incluir as despesas com ISS na base de cálculo das contribuições para o PIS e da COFINS, bem como requerendo a compensação dos valores recolhidos indevidamente nos últimos cinco anos.

A tese se espelha em recente julgamento do Supremo Tribunal Federal, que decidiu, em sede de repercussão geral (Recurso Extraordinário nº 574.706), que o ICMS não deve compor a base de cálculo do PIS e da COFINS, por não fazer parte do faturamento da empresa.

Este julgamento pelo STF deve servir como parâmetro para a discussão sobre o ISS na base das mencionadas contribuições.

As empresas Banco Votorantim, BV Financeira, Votorantim Asset Management e Votorantim CTVM obtiveram liminar para assegurar que recolham o PIS e a COFINS sem a inclusão do ISS até o julgamento do processo, suspendendo-se a exigibilidade da referida parcela. Para as referidas empresas temos a provisão total no valor de R\$ 859 registrados na rubrica Provisão para Contingências – Fiscais - Contestação Judicial da Constitucionalidade da Lei.

Atualmente os processos se encontram na primeira instância aguardando a prolação de Sentença.

i) Ações civis públicas

O Conglomerado possui contingências passivas envolvendo ações civis públicas em que, baseado na opinião de assessores jurídicos e no julgamento da Administração, o risco de perda é considerado possível. Em função do estágio em que se encontram, a mensuração dos montantes envolvidos dessas ações não pode ser determinado com suficiente segurança.

Os principais temas discutidos nessas ações referem-se à cobrança de tarifas e questões envolvendo crédito consignado para aposentados e pensionistas do INSS.

27. GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

a) Processo de Gestão de Riscos

A abordagem integrada para gestão de riscos compreende a adoção de instrumentos que permitem a consolidação e controle dos riscos relevantes incorridos pelo Conglomerado. Esta abordagem tem por objetivo organizar o processo decisório e definir os mecanismos de controle dos níveis de risco aceitáveis e compatíveis com o volume de Capital disponível, em linha com a estratégia de negócio adotada.

A consolidação dos riscos abrange as exposições relevantes inerentes às linhas de negócio do Conglomerado, agrupados principalmente nas seguintes categorias de riscos: de mercado, de liquidez, de crédito e operacional. Esta consolidação é feita através de processo estruturado que compreende o mapeamento, a apuração e a totalização dos valores em risco.

Os níveis de exposição a riscos são monitorados por meio de uma estrutura de limites de risco, que são incorporados às atividades diárias do Conglomerado, através de um processo estruturado de gestão e de controle, que atribui responsabilidades funcionais às áreas envolvidas. O envolvimento da Alta Administração se dá no acompanhamento e na execução das ações necessárias à gestão dos riscos.

O retorno financeiro é apurado através de processos que permitem o acompanhamento da rentabilidade gerencial das várias linhas de negócio, consistentemente com a programação orçamentária e de forma aderente aos resultados contábeis realizados.

Em síntese, o Conglomerado adota os seguintes fundamentos na prática da gestão integrada de riscos:

- Visão consolidada de riscos;
- Compatibilização entre níveis de exposição a riscos, limites autorizados e retorno financeiro pretendido;
- Segregação funcional entre áreas de negócio, controle de riscos, auditoria e processamento operacional;
- Adoção de metodologias de cálculo de riscos alinhado às práticas de mercado; e
- Envolvimento da Alta Administração.

b) Risco de Crédito

Risco de Crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados com o Banco Votorantim.

c) Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como:

- A possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- Possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado, uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

d) Risco Operacional

Risco operacional é definido como a possibilidade de perda resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos à instituição.

e) Risco de Mercado

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas por uma instituição financeira. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação das taxas de juros, das paridades cambiais, dos preços de ações e de commodities.

f) Gerenciamento de Capital

Seguindo as regulamentações do BACEN e, em consonância com as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, a Instituição adota as diretrizes prudenciais de gestão de Capital de forma consolidada visando uma administração eficiente e sustentável de seus recursos e colaborando para a promoção da estabilidade do Sistema Financeiro Nacional.

Em linha com a Resolução CMN nº 3.988 e a Circular BACEN nº 3.547, a instituição dispõe de estrutura e políticas institucionais para o gerenciamento do capital, aprovado pelo Conselho de Administração, em consonância com o Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), contemplando os seguintes itens:

- Identificação e avaliação dos riscos relevantes;
- Políticas e estratégias documentadas;
- Plano de Capital para três anos, abrangendo metas e projeções de Capital, principais fontes de captação e plano de contingência de Capital;
- Testes de estresse e seus impactos no Capital;
- Relatórios gerenciais para a Alta Administração (Diretoria e Conselho de Administração);
- Avaliação de Suficiência de Capital na Visão Regulatória e Econômica; e
- Relatório Anual do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP).

Suficiência de Capital (visão Regulatória)

A gestão do capital na instituição é realizada com o objetivo de garantir a adequação aos limites regulatórios e o estabelecimento de uma base sólida de Capital que viabilize o desenvolvimento dos negócios e operações de acordo com o plano estratégico da instituição.

Visando a avaliação da suficiência de capital para fazer frente aos riscos associados e ao cumprimento dos limites operacionais regulatórios, a instituição elabora anualmente um plano de Capital considerando projeções de crescimento da carteira de empréstimos e demais operações e ativos.

Mensalmente após a apuração do Patrimônio de Referência(PR) e do Capital Exigido, são divulgados relatórios gerenciais de acompanhamento do Capital alocado para riscos e os índices de capitais (Basileia, Nível I e Principal).

Índices de Capital

Os índices de capital estão sendo apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente.

Destaca-se que a partir de outubro de 2013 passou a vigorar o conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III. As novas normas adotadas tratam dos seguintes assuntos:

I – nova metodologia de apuração do capital regulamentar, que continua a ser dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar;

II – nova metodologia de apuração da exigência de manutenção de Capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal.

Desde janeiro de 2014, a Resolução CMN nº 4.192/2013 define os seguintes itens referentes aos ajustes prudenciais a serem deduzidos do Patrimônio de Referência:

- (i) ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura líquidos de passivos fiscais diferidos;
- (ii) ativos intangíveis constituídos a partir de outubro de 2013;
- (iii) ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;
- (iv) participação de não controladores;
- (v) investimentos, diretos ou indiretos, superiores a 10% do capital social de entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas, e de sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar (investimentos superiores);
- (vi) créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
- (vii) créditos tributários de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação;
- (viii) créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.192/2013, as deduções referentes aos ajustes prudenciais serão efetuadas de forma gradativa, em 20% ao ano, de 2014 a 2018, com exceção dos ativos diferidos e instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras, os quais já estão sendo deduzidos na sua integralidade, desde outubro de 2013.

O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais considera o Conglomerado Prudencial, a partir de 01 de janeiro de 2015, definido na Resolução CMN nº 4.280/2013.

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis Consolidadas - Conglomerado Prudencial
Semestre findo em 30 de junho de 2017
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

São apresentadas a seguir as informações do Índice de Basileia do Conglomerado Prudencial:

Índice de Basileia	30.06.2017	30.06.2016
PR – Patrimônio de Referência	8.178.049	9.665.099
Nível I	6.255.309	6.892.490
Capital Principal	6.255.309	6.892.490
Patrimônio Líquido	8.287.747	8.282.417
Ajustes Prudenciais	(2.032.438)	(1.389.927)
Ativos diferidos	-	(11.687)
Outros	(2.031.161)	(1.375.905)
Ajustes ao valor de mercado	(1.277)	(2.335)
Nível II	1.922.740	2.772.609
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	1.922.740	2.772.609
Dívidas subordinadas autorizadas em conformidade com a Resolução CMN nº 4.192/2013	946.888	846.530
Dívidas subordinadas autorizadas segundo normas anteriores à Resolução CMN nº 4.192/2013 ⁽¹⁾ ⁽²⁾	975.852	1.926.079
Recursos captados no exterior	953.502	1.706.161
Recursos captados com CDB	-	-
Recursos captados com Letras Financeiras	22.350	219.918
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	60.445.530	64.784.336
Risco de Crédito (RWACPAD)	53.575.358	57.113.833
Risco de Mercado (RWAMPAD)	1.719.233	1.654.186
Risco Operacional (RWAOPAD)	5.150.939	6.016.317
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido⁽³⁾	5.591.212	6.397.453
Capital Principal Mínimo Requerido⁽⁴⁾	2.720.049	2.915.295
Patrimônio de Referência Nível I Mínimo Requerido⁽⁵⁾	3.626.732	3.887.060
PR apurado para cobertura do risco de taxa de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (RBAN)	268.997	335.485
Margem sobre o Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	2.586.837	3.267.646
Margem sobre o Capital Mínimo Requerido	3.535.260	3.977.195
Margem sobre o Patrimônio de Referência Nível I Mínimo Requerido	2.628.577	3.005.430
Margem sobre o Patrimônio de Referência Mínimo Requerido incluído RBAN	2.317.840	2.932.161
Índice de Capital Principal (CP / RWA)	10,35%	10,64%
Índice de Capital Nível I (Nível I / RWA)	10,35%	10,64%
Índice de Basileia (PR / RWA)	13,53%	14,92%

(1) Os Instrumentos autorizados pelo BACEN a compor o PR conforme Resolução CMN nº 3.444/2007 e que não se enquadram nos requisitos exigidos pela Resolução CMN nº 4.192/2013 sofrerão decaimento de 10% ao ano, de 2013 a 2022, sobre os valores que compunham o PR em 31.12.2012.

(2) Considerou-se o saldo dos instrumentos de Dívida Subordinada que compunha o PR em 31.12.2012, aplicando-se sobre ele o decaimento de 10%, conforme determina a Resolução CMN nº 4.192/2013.

(3) Corresponde à aplicação do fator "F" ao montante de RWA, sendo "F" igual a:

- a. 11% do RWA, de 01.10.2013 a 31.12.2015.
- b. 9,875% do RWA, de 01.01.2016 a 31.12.2016.
- c. 9,25% do RWA, de 01.01.2017 a 31.12.2017.
- d. 8,625% do RWA, de 01.01.2018 a 31.12.2018.
- e. 8% do RWA, a partir de 01.01.2019.

(4) Representa o mínimo de 4,5% do RWA.

(5) Representa o mínimo de 5,5% do RWA, de 01.10.2013 a 31.12.2014, e de 6% do RWA, a partir de 01.01.2015.

Ajustes Prudenciais deduzidos do Capital Principal:

	30.06.2017	30.06.2016
Ajuste Prudencial II - Ativos Intangíveis	(107.387)	(54.652)
Ajuste Prudencial VII Créditos Tributários de Diferença Temporária	(1.006.782)	(562.741)
Ajuste Prudencial VIII - Crédito Tributário de Prejuízo Fiscal e de Base Negativa	(916.992)	(758.512)
Ajuste Prudencial IX - Ativos Diferidos	-	(11.687)
Ajuste Prudencial XV – Diferença a Menor – Ajustes da Resolução 4.277/13	(1.277)	(2.335)
Total	(2.032.438)	(1.389.927)

g) Índice de Imobilização

A partir de 2015, o índice de imobilização passou a ser exigido apenas para o Conglomerado Prudencial, totalizando 20,26% (4,38% em 30 de junho de 2016), sendo apurado em conformidade com as Resoluções CMN n.º 4.192/2013 e n.º 2.669/1999

	30.06.2017	30.06.2016
Limite para imobilização	4.089.024	4.832.549
Valor da situação para o limite de imobilização	1.656.710	422.950
Valor da margem ou insuficiência	2.432.314	4.409.599

Em atendimento a Circular nº 3.678/2013 do BACEN, o Conglomerado mantém informações adicionais de seu processo de gestão de riscos e capital disponibilizadas no *website*: www.bancovotorantim.com.br/ri.

28. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Compromissos assumidos por captações junto a instituições financeiras internacionais

O Conglomerado é tomador de empréstimos de curto prazo junto a instituições financeiras internacionais, que em determinados casos podem exigir manutenção de índices financeiros (financial covenants). Quando exigidos os índices financeiros são calculados com base nas informações contábeis, elaboradas de acordo com a legislação brasileira e normas do BACEN. Em 30 de junho de 2017 o Conglomerado não possuía operações com estas características.

b) Informações de filiais e controladas no exterior

	30.06.2017	30.06.2016
Ativo	5.555.030	7.053.937
Banco Votorantim S.A. – Nassau Branch	5.500.313	6.980.889
Outras controladas	54.717	73.048
Total do Ativo	5.555.030	7.053.937
Passivo	(3.968.314)	(5.624.243)
Banco Votorantim S.A. – Nassau Branch	(3.962.279)	(5.611.987)
Outras controladas	(6.035)	(12.256)
Patrimônio líquido	(1.586.716)	(1.429.694)
Banco Votorantim S.A. – Nassau Branch	(1.538.034)	(1.368.902)
Outras controladas	(48.682)	(60.792)
Total do Passivo	(5.555.030)	(7.053.937)
	1º Semestre/2017	1º Semestre/2016
Lucro/(Prejuízo)	19.960	57.553
Banco Votorantim S.A. – Nassau Branch	29.103	64.279
Outras controladas	(9.143)	(6.726)

c) Cobertura de seguros

O Conglomerado adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

d) Acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional

Foram firmados acordos para compensação e liquidação de operações ativas e passivas ao amparo da Resolução CMN nº 3.263/2005, cujo objetivo é permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, onde os vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes ou em caso de falência do devedor.

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 03 de julho de 2017, foi realizada uma cessão de crédito com retenção substancial de riscos com parte relacionada no valor de R\$ 1.329.523 e as receitas e despesas decorrentes dessa operação são reconhecidas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente dessas operações.

* * *